



OAB 43º

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 27/04/2025, foi aplicada a prova da primeira fase do **43º Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial e analisou o gabarito oficial da FGV, os quais serão apresentados juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, observarem os comentários, e comentarem as questões da prova:

<https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/dd888deb-9d9b-49b9-9b1d-254cfce14ec9>

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia OAB - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA -

43º EXAME DE ORDEM

QUESTÃO 01. Pedro, advogado regularmente inscrito na OAB, foi eleito Deputado Federal e deseja continuar exercendo a advocacia, patrocinando causas contra a Caixa Econômica Federal. Ele também cogita a possibilidade de concorrer ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

Com base nas disposições do Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta sobre a possibilidade de Pedro continuar atuando nessas situações.

- a) Caso Pedro seja eleito Presidente da Câmara dos Deputados, ficará impedido de atuar em causas contra a Caixa Econômica Federal, mas poderá atuar em causas particulares.
- b) Pedro, na condição de Deputado Federal, poderá advogar contra a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que o impedimento se aplica apenas a causas de interesse direto do ente estatal.
- c) Como Deputado Federal, Pedro está impedido de exercer a advocacia contra a Caixa Econômica Federal, mas poderá atuar em causas que não envolvam entes públicos ou concessionárias de serviço público.
- d) Pedro, como Deputado Federal, estará em situação de total incompatibilidade com o exercício da advocacia e não poderá atuar como advogado em nenhuma causa, mesmo em processos particulares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do impedimento do exercício da advocacia por Deputado Federal (art. 30, II, da Lei 8.906/94 - Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:[...]II – os ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza, bem como os que exerçam função de autoridade pública, mesmo que de modo temporário ou sem remuneração;).

A alternativa A está incorreta. A função de Presidente da Câmara dos Deputados gera incompatibilidade total com o exercício da advocacia (art. 28, I, da Lei 8.906/94) Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades: I – Chefes do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e respectivos substitutos legais;).

A alternativa B está incorreta. O Deputado Federal está completamente impedido contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

A alternativa C está correta. O cargo de Deputado Federal gera apenas o impedimento de exercer a advocacia contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de

economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público, conforme o Estatuto da OAB.

A alternativa D está incorreta. A questão confunde incompatibilidade com impedimento parcial, o que não se aplica.

QUESTÃO 02. João Pedro, destacado aluno do último semestre do curso de Direito, logrou êxito no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo então convidado a integrar, assim que formado, uma renomada sociedade de advogados da sua cidade. Apesar de ter ficado honrado com o convite, João Pedro está em dúvida, pois em seus estudos para o Exame da OAB verificou ser possível constituir sociedade unipessoal de advocacia, opção que lhe parece mais atrativa.

Considerando o enunciado, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade unipessoal de advocacia de João Pedro poderá ter como sede, título ou local de trabalho, um espaço físico individual ou compartilhado com outros escritórios de advocacia, desde que respeitadas as hipóteses de sigilo previstas na legislação.

b) João Pedro poderá integrar a sociedade de advogados e, simultaneamente, constituir sociedade unipessoal de advocacia, ambas com sede ou filial na mesma área territorial da Seccional.

c) João Pedro poderá escolher livremente a denominação de sua sociedade unipessoal de advocacia, sendo vedada a utilização de nome com a expressão “Sociedade Individual de Advogados”.

d) A sociedade unipessoal de advocacia de João Pedro adquirirá personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Federal da OAB.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da constituição da sociedade unipessoal de advocacia (art. 15, §12º da Lei 8.906/94 - § 12. A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia podem ter como sede, filial ou local de trabalho espaço de uso individual ou compartilhado com outros escritórios de advocacia ou empresas, desde que respeitadas as hipóteses de sigilo previstas nesta Lei e no Código de Ética e Disciplina).

A alternativa A está correta. A sociedade unipessoal pode ter sede individual ou compartilhada, preservado o sigilo.

A alternativa B está incorreta. O advogado não pode integrar simultaneamente uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal (Art. 15, § 8º da Lei 8.906/94: Art. 15. [...] § 8º É vedado ao advogado integrar mais de uma sociedade de advogados com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.)

A alternativa C está incorreta. O nome da sociedade deve conter obrigatoriamente o nome do titular seguido da expressão "Sociedade Individual de Advocacia" (Art. 16 da Lei 8.906/94: Art. 16. O nome da sociedade deve ser formado obrigatoriamente com o nome de um ou mais de seus integrantes, com a expressão "Sociedade de Advogados" ou "Sociedade Individual de Advocacia").

A alternativa D está incorreta. O registro da sociedade unipessoal ocorre no Conselho Seccional da OAB, e não no Conselho Federal (Art. 15, § 3º da Lei 8.906/94: Art. 15. O advogado pode reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral. § 3º A sociedade adquire personalidade jurídica com o registro aprovado de seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB da base territorial da sede da sociedade.)

QUESTÃO 03. Antônio, advogado experiente e com extensa carteira de clientes, decidiu fazer uso de instrumentos de inteligência artificial, para auxílio na elaboração de peças processuais. Apesar da revisão posterior, com assessoramento de seu estagiário, dos textos produzidos pela nova tecnologia, determinado Magistrado notifica-o para prestar esclarecimentos acerca de recurso interposto de forma manifestamente incabível. No parecer da OAB, Antônio identificou que foram citadas doutrina e jurisprudência de forma deturpada, em situação que poderia confundir o adversário ou iludir o Juiz da causa.

Sobre esse contexto, de acordo com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a afirmativa correta.

a) Por não ter agido de forma dolosa, Antônio não poderá sofrer qualquer tipo de sanção disciplinar, uma vez que o advogado é responsável pelos atos praticados com culpa.

b) Em razão da gravidade da situação, após o devido processo disciplinar, Antônio poderá ser apenado com a suspensão do exercício da advocacia por período que poderá variar de 30 dias a 12 meses.

c) Antônio poderá ser aplicada a pena de censura, a qual pode ser convertida em advertência, com eficiência reservado, sem registro nos seus assentamentos, quando estiver presente circunstância atenuante.

d) Caso se trate de situação reincidente, Antônio poderá ser apenado com a sanção de exclusão, devendo ser cancelada sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da pena de censura e sua conversão em advertência (art. 36 da Lei 8.906/94).

A alternativa A está incorreta. O advogado pode ser responsabilizado disciplinarmente mesmo sem dolo, havendo culpa (Art. 34, inciso XIV da Lei 8.906/94: Art. 34. Constitui infração disciplinar:[...]XIV – deturpar o teor de dispositivo de lei, de citação doutrinária ou de julgado, bem como de depoimentos, documentos e alegações da parte contrária, para confundir o adversário ou iludir o juiz da causa.).

A alternativa B está incorreta. A pena de suspensão exige maior gravidade do ato, o que não se configurou no caso. A pena no caso é de censura.

A alternativa C está correta. A pena de censura pode ser aplicada e convertida em advertência com eficácia reservada, conforme o Estatuto da OAB (Art. 36. A censura é aplicável nos casos de: I - infrações definidas nos incisos I a XVI e XXIX do art. 34; II - violação a preceito do Código de Ética e Disciplina; III - violação a preceito desta lei, quando para a infração não se tenha estabelecido sanção mais grave.).

A alternativa D está incorreta. A exclusão é uma pena extrema que depende de reincidência grave, o que não se verificou (art. 38 da Lei 8.906/94: Art. 38. A exclusão é aplicável nos casos de: I - aplicação, por três vezes, de suspensão; II - infrações definidas nos incisos XXVI a XXVIII do art. 34).

QUESTÃO 04. O advogado Antônio comentou em matérias veiculadas em página da internet consistente em sítio eletrônico especializado em publicar artigos acadêmicos e jurídicos, novas teses que são sancionadas e faz explicações de fácil compreensão de conceitos e normas jurídicas.

De acordo com o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) É autorizado que Antônio responda às consultas jurídicas com habilitação na página mencionada para promoção pessoal.

b) É vedado que Antônio mencione seu e-mail e telefone na mencionada página, assim como o nome do escritório onde trabalha.

c) Antônio não poderá fornecer, nas matérias que publica, seus meios de contato, tais como endereço e telefone, mas é permitida a referência a e-mail.

d) Não é vedado que Antônio, ao comentar a atuação de colegas advogados em tais feitos, cite casos emblemáticos para a explicação de tais normas e conceitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da publicidade profissional e seus limites (art. 39 do Código de Ética e Disciplina da OAB).

A alternativa A está incorreta. Não é permitido responder consultas jurídicas para promoção pessoal (art. 42, I do Código de Ética e Disciplina da OAB: Art. 42. É vedado ao advogado: I – responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social;).

A alternativa B está incorreta. É permitido indicar e-mail e telefone, desde que não caracterize captação de clientela (art. 40, V do Código de Ética e Disciplina da OAB: V – o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de eventual participação em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a e-mail;).

A alternativa C está correta. O advogado pode divulgar seu e-mail em publicações, mas não endereço físico ou telefone (art. 40, V do Código de Ética e Disciplina da OAB: V – o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de eventual participação em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a e-mail;).

A alternativa D está incorreta. É vedado comentar casos concretos e atuação de colegas para fins de divulgação pública (art. 42, II do Código de Ética e Disciplina da OAB: II – debater, em qualquer meio de comunicação, causa sob o patrocínio de outro advogado;).

QUESTÃO 05. Alfonso, condenado por tráfico de drogas, cumpre pena dividindo cela com Rodrigo, preso preventivamente há mais de dois anos, e sem julgamento do processo por roubo a que responde ter sido concluída. Indignado com a situação de Rodrigo, Afonso, que não tem formação jurídica, mas sempre leu muito e habilidoso com a escrita, decide redigir um pedido de habeas corpus em folha de caderno, à mão, em favor de seu companheiro de cela.

Considerando o disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a afirmativa correta.

a) A impetração de habeas corpus é atividade privativa de advogado regularmente inscrito na OAB, não podendo ser realizada por um leigo, ainda que em defesa de direitos fundamentais.

b) Afonso poderá redigir e impetrar o habeas corpus em favor de Rodrigo, pois a impetração deste remédio constitucional não está incluída entre as atividades privativas da advocacia.

c) Afonso somente poderia impetrar o habeas corpus se comprovasse possuir poderes outorgados por instrumento de mandato no caso de Rodrigo.

d) A impetração de habeas corpus é vedada para leigos quando se trata de crimes extremamente graves, como o crime de roubo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da possibilidade de impetração de habeas corpus por qualquer pessoa.

A alternativa A está incorreta. O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, mesmo sem capacidade postulatória (art. 1º, §1º da Lei nº 8.906/1994: § 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.).

A alternativa B está correta. A impetração do habeas corpus não é atividade privativa da advocacia.

A alternativa C está incorreta. Não é necessária procuração para a impetração de habeas corpus.

A alternativa D está incorreta. A gravidade do crime não restringe a legitimidade para impetração de habeas corpus por leigo.

QUESTÃO 06. Roberto, advogado criminalista, foi contratado para promover a defesa de Juvenal, gestor público acusado da prática de corrupção passiva, peculato e “lavagem” ou ocultação de valores. No decorrer do processo criminal, foi decretado, pelo Juízo, o bloqueio universal do patrimônio de Juvenal, visando ao ressarcimento do suposto dano causado ao erário, o que inviabiliza o adimplemento dos honorários contratuais devidos a Roberto e o reembolso de gastos com a defesa.

Sobre essa hipótese, assinale a afirmativa correta.

a) Roberto poderá requerer o levantamento de até 20% dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e o reembolso de gastos com a defesa.

b) Roberto deverá requerer, nos próprios autos da ação penal, a liberação de até 20% dos bens bloqueados, exclusivamente em seu favor.

c) Em virtude da supremacia do interesse público, Roberto não poderá se valer da liberação de qualquer valor, independentemente de eventual decisão favorável ao desbloqueio parcial do patrimônio de Juvenal.

d) Caso apresente elementos robustos quanto aos autos, Roberto fará jus ao levantamento dos valores apenas em sede de ação própria e não incidental, ainda que isso implique o esvaziamento do bloqueio judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da liberação de valores bloqueados para pagamento de honorários advocatícios (art. 24-A, da Lei nº 8.906/1994: Art. 24-A. No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal.).

A alternativa A está correta. É permitido o levantamento de valores para pagamento de honorários até o limite de 20% (art. 24-A, da Lei nº 8.906/1994: Art. 24-A. No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal.).

A alternativa B está incorreta. Não é exigido requerimento exclusivo nos autos da ação penal para levantar os valores (art. 24-A, § 1º da Lei nº 8.906/1994: § 1º O pedido de desbloqueio de bens será feito em autos apartados, que permanecerão em sigilo, mediante a apresentação do respectivo contrato.)

A alternativa C está incorreta. Havendo decisão favorável e valores disponíveis, o levantamento pode ser feito (art. 24-A, da Lei nº 8.906/1994: Art. 24-A. No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as

causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal.).

A alternativa D está incorreta. Não é necessária nova ação para levantamento de valores referentes a honorários advocatícios (art. 24-A, § 1º da Lei nº 8.906/1994: § 1º O pedido de desbloqueio de bens será feito em autos apartados, que permanecerão em sigilo, mediante a apresentação do respectivo contrato.)

QUESTÃO 07. Paulo Afrânio foi apresentado ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional do Estado da OAB pela prática de infração disciplinar e violação, sem justa causa, de sigilo profissional. No recebimento da representação, o Presidente designou relator, que encaminhou direto o processo e parecer conclusivo para julgamento do Tribunal de Ética e Disciplina.

Por se tratar de infração leve, o relator dispensou as etapas de defesa prévia e razões finais, garantindo ao representado apenas a defesa oral. Ao final, o relator ofereceu parecer favorável à aplicação de sanção de exclusão e o processo, submetido ao Tribunal de Ética e Disciplina que, acompanhando o parecer, aplicou a referida sanção ao advogado Paulo Afrânio.

Sobre o processo disciplinar no âmbito da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) O procedimento adotado pelo relator foi correto, porque a legislação prevê que a defesa oral é defesa ampla e suficiente, substituindo as etapas finais.

b) Nos casos de parecer preliminar do relator recomendando a aplicação de pena de censura, o Presidente do Conselho Seccional, no exercício do seu poder de instrução, poderá aplicar, monocraticamente, a pena.

c) A condução irregular do processamento disciplinar, que apurou a gravidade da infração ou da sanção aplicada não autoriza que sejam reduzidas as oportunidades de defesa e que se suprimam etapas do processo disciplinar.

d) Não houve violação da ampla defesa no caso, porque o reconhecimento de nulidades processuais está sujeito ao princípio pas de nullité sans grief, ou como no caso foi aplicada a pena de exclusão, é possível admitir que o advogado foi amplamente defendido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da nulidade do processo disciplinar pela ausência de ampla defesa (art. 70 a 74 da Lei nº 8.906/1994).

A alternativa A está incorreta. A defesa oral não substitui a defesa escrita exigida no processo disciplinar (art. 73, § 1º da Lei nº 8.906/1994: § 1º Ao representado deve ser assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, oferecendo defesa prévia após ser notificado, razões finais após a instrução e defesa oral perante o Tribunal de Ética e Disciplina, por ocasião do julgamento).

A alternativa B está incorreta. O Presidente do Conselho Seccional não pode aplicar pena monocraticamente (Art. 70 da Lei nº 8.906/1994: Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal).

A alternativa C está correta. A ausência de defesa prévia e razões finais viola o devido processo legal e a ampla defesa (art. 73, § 1º da Lei nº 8.906/1994: § 1º Ao representado deve ser assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, oferecendo defesa prévia após ser notificado, razões finais após a instrução e defesa oral perante o Tribunal de Ética e Disciplina, por ocasião do julgamento).

A alternativa D está incorreta. A gravidade da sanção não afasta a necessidade de respeito às garantias processuais (art. 73, § 1º da Lei nº 8.906/1994: § 1º Ao representado deve ser assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, oferecendo defesa prévia após ser notificado, razões finais após a instrução e defesa oral perante o Tribunal de Ética e Disciplina, por ocasião do julgamento).

QUESTÃO 08. Aurélio, advogado regularmente inscrito na OAB, recebeu uma ligação urgente da família de Adalberto, seu amigo de infância, informando que ele havia sido preso em flagrante, acusado da prática de homicídio.

Ao ser comunicado da situação, Aurélio dirige-se à Delegacia de Polícia para, com o devido conhecimento e anuência de Adalberto, prestar-lhe assistência jurídica. Na entrada, o Delegado Moisés impede o pedido de Aurélio para ser recebido, bem como nega o atendimento de Adalberto, justificando a negativa pela gravidade do crime e pela ausência de procuração formal outorgada ao advogado.

Sobre a hipótese narrada e nos termos do Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) A negativa do delegado foi legítima, uma vez que, em razão da gravidade do crime de homicídio, é admissível limitar a atuação do advogado, mesmo sem decisão judicial.**
- b) A comunicação de Aurélio com Adalberto só poderia ocorrer mediante exibição de procuração assinada, sem a qual não é exigível a assistência jurídica em sede policial.**
- c) A atuação de Aurélio é ilegal, exigindo-se que fosse feita a exibição prévia de carta de constituição profissional ou instrumento procuratório.**
- d) A negativa do Delegado foi ilegal, pois Aurélio tem direito de comunicar-se pessoal e reservadamente com Adalberto, mesmo sem procuração, conforme previsto no Estatuto da OAB.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do direito do advogado de comunicar-se reservadamente com cliente preso (art. 7º, III da Lei 8.906/94: III - comunicar-se com seus clientes,

pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;).

A alternativa A está incorreta. O Estatuto da OAB assegura a comunicação pessoal e reservada com o cliente preso, independentemente da gravidade do crime (art. 7º, III da Lei 8.906/94: III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;).

A alternativa B está incorreta. Não é exigida a apresentação de procuração para a comunicação com o cliente preso (art. 7º, III da Lei 8.906/94: III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;).

A alternativa C está incorreta. O advogado não precisa exibir carta de constituição ou instrumento de mandato para se comunicar com o cliente preso (art. 7º, III da Lei 8.906/94: III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;).

A alternativa D está correta. O advogado tem direito a entrevista pessoal e reservada, mesmo sem procuração (art. 7º, III da Lei 8.906/94: III - comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis;).

QUESTÃO 09. Entre as diferentes correntes do positivismo jurídico, a Escola da Exegese destacou-se, sobretudo, por seus estudos em torno do Código de Napoleão. O jusfilósofo Miguel Reale, em seu livro Filosofia do Direito, afirma que, segundo essa escola, a evolução do Direito somente poderia se operar por meio do processo legislativo. Assinale a opção que, de acordo com Reale no livro em referência, apresenta a tese fundamental da Escola da Exegese.

a) É a exegese da constituição que pode oferecer aos juristas a compreensão do ideal de justiça, que vincula e limita a liberdade de conformação legislativa da autoridade política.

b) O Direito, por excelência, é revelado pelas leis, que são normas gerais escritas e emanadas pelo Estado, constitutivas de direito e instauradoras de faculdades e obrigações.

c) A lei é o instrumento que revela os valores e princípios que são logicamente anteriores e eticamente superiores ao Estado e que conformam e estruturam o direito positivo.

d) A interpretação da lei é a atividade essencial do jurista, que deve realizá-la buscando a vontade da lei em si, seus fins sociais e as exigências do bem comum, de modo a assegurar a própria evolução do direito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema positivismo jurídico.

Com o Código Napoleônico (1804), surge a Escola da Exegese, que propõe a lei como a única fonte válida e incontestável do direito, sendo coesa e sem lacunas. Nesse contexto, a função do juiz é meramente aplicar a lei, sem margem para liberdade interpretativa. O positivismo jurídico, por sua vez, posiciona a norma como o objeto exclusivo da ciência jurídica e defende a independência dessa área em relação às demais ciências, especialmente à ética e à política, baseando-se no princípio da autonomia. Como consequência dessa visão, o direito passa a ser entendido como um reflexo do poder estatal, limitado às normas coercitivas e oficiais, caracterizando-se pela heteronomia. Nesse modelo, o direito não precisa corresponder necessariamente a conceitos de justiça, sendo aceito simplesmente por sua natureza oficial.

A alternativa A está incorreta. Essa descrição se aproxima mais de teorias constitucionalistas do que da Escola da Exegese. A Escola da Exegese focava na lei ordinária escrita e não na Constituição como centro da atividade interpretativa.

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete com precisão o pensamento da Escola da Exegese, segundo Miguel Reale. Para essa escola, o Direito se confunde com a lei escrita, emanada do legislador — não há Direito fora daquilo que a lei positiva prevê.

A alternativa C está incorreta. Isso porque reflete a ideia típica do jusnaturalismo (Direito Natural), não do positivismo legalista da Exegese. A Escola da Exegese considerava que o Direito está na lei, não em princípios éticos anteriores ao Estado.

A alternativa D está incorreta. Na Exegese, a interpretação não buscava o "bem comum" nem "fins sociais", mas se limitava a declarar o sentido objetivo da letra da lei.

QUESTÃO 10. Segundo Kant, em seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, cada indivíduo, como ser moral, possui uma dignidade que lhe é própria. Assinale a afirmativa que, segundo Kant, no livro em referência, mostra como a dignidade deve ser entendida.

a) Como o conjunto dos direitos fundamentais que devem ser assegurados pelo Estado e que permitem a cada indivíduo o exercício de sua plena cidadania.

b) Como o valor moral da humanidade que, por isso mesmo, deve ser sempre posto em cálculo ou confronto com qualquer coisa que possua um preço, a fim de se verificar o que deve prevalecer.

c) Como o valor do trabalho livre de uma pessoa no processo de transformação da natureza em bens de consumo úteis à existência e ao desenvolvimento econômico e moral da sociedade.

d) Como aquilo que não possui um preço – valor relativo –, mas um valor íntimo, ou seja, uma condição graças à qual algo deve ser considerado um fim em si mesmo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema dignidade, segundo Kant.

A alternativa A está incorreta. Embora Kant reconheça a importância dos direitos fundamentais para garantir a liberdade e a autonomia dos indivíduos, ele não define a dignidade exclusivamente como o conjunto desses direitos. Para Kant, a dignidade está relacionada à moralidade e à capacidade de agir de acordo com princípios éticos, não sendo apenas um conjunto de direitos garantidos pelo Estado. A dignidade, para Kant, é algo intrínseco à humanidade de cada pessoa, não dependendo diretamente da proteção de direitos formais.

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa está equivocada porque Kant, em sua filosofia moral, argumenta que a dignidade humana não pode ser calculada ou comparada com coisas que possuem preço.

A alternativa C está incorreta. Kant não define a dignidade humana com base no trabalho ou no processo de transformação da natureza.

A alternativa D está correta. Esta alternativa reflete a concepção kantiana de dignidade. Kant argumenta que a dignidade humana não pode ser comparada com objetos ou bens que têm um preço (e podem ser trocados ou substituídos), pois ela é um valor absoluto e intrínseco ao ser humano. A dignidade é algo que deve ser tratado como um "fim em si mesmo", ou seja, cada pessoa deve ser tratada com respeito, independentemente de seus interesses ou valor utilitário. Esse é um dos princípios fundamentais da ética de Kant, a que ele chama de imperativo categórico.

QUESTÃO 11. O Presidente da República emitiu decreto autônomo, disciplinando a organização e o funcionamento da Administração Federal. O Senador da República Joelson Cruz, Presidente do Partido Político Beta, entende que esse decreto viola a Constituição da República, além de contrariar o interesse público. Por essa razão, pretende que o seu Partido ajuíze uma ação, pela via do controle concentrado de constitucionalidade, contra o ato presidencial. Todavia, por não ter formação jurídica, procura os advogados do Partido Político Beta, a fim de que lhe instruam sobre a melhor maneira de concretizar o seu intento. Diante disso, considerando o que estabelece o sistema jurídico constitucional brasileiro, os advogados informaram, corretamente, que o decreto autônomo

a) deve ser atacado com o ajuizamento de ação popular, por se tratar de ato do Poder Executivo e em razão dos objetivos desejados pelo Senador Joelson Cruz.

b) não se submete ao controle concentrado de constitucionalidade, pois esse tipo de diploma não possui natureza normativa, apresentando natureza mandamental.

c) pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, por ser um diploma normativo que busca seu fundamento de validade diretamente na Constituição da República.

d) só pode ser objeto de apreciação por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental, pois esse é o instrumento adequado para impugnar atos administrativos do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A ação popular (art. 5º, LXXIII, da CF/88) é destinada à defesa de do patrimônio público, meio ambiente, moralidade administrativa, entre outros, e deve ser proposta por qualquer cidadão em face de atos ilegais ou lesivos a esses bens. A questão aborda uma violação à Constituição (inconstitucionalidade) e não simplesmente uma lesão aos interesses tutelados pela ação popular. Além disso, o controle concentrado de constitucionalidade é realizado por ações como a ADI, ADC, ADPF, e não por ação popular. Vejamos o teor do art. 5º, LXXIII, da CF/88: “Art. 5º [...] XXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.

A alternativa B está incorreta. O decreto autônomo (art. 84, VI, CF/88) tem natureza normativa. Ele extrai seu fundamento de validade diretamente da Constituição, sem necessidade de lei prévia, desde que nos limites estabelecidos. Nesse sentido: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VI - dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos”.

Por ser ato normativo primário (fundado diretamente na Constituição), pode sim ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade. Portanto, o decreto autônomo pode ser questionado em ADI (ação direta de inconstitucionalidade). É o que dispõe o art. 102, I, “a” da CRFB/88: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal”.

A alternativa C está correta. O decreto autônomo é um ato normativo primário, com fundamento direto na Constituição (art. 84, VI, CF/88). Nesse sentido: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...] VI - dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos”. Assim, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no STF, conforme o art. 102, I, a, da CF/88: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal”.

A alternativa D está incorreta. A Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) é ação de controle concentrado de constitucionalidade que tem por objetivo a tutela dos preceitos mais importantes da Constituição. Porém, é usada de forma subsidiária (art. 1º e art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999), ou seja, só cabe quando não houver outro meio eficaz para sanar a lesão. Como existe a possibilidade de ajuizar uma ADI contra o decreto autônomo (ato normativo primário), não é o caso de usar a ADPF. Para mais: “Art. 1º A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição; Art. 4º [...] § 1º Não será admitida arguição

de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade”.

QUESTÃO 12. A Comissão Parlamentar Permanente da Câmara dos Deputados convocou um Ministro de Estado para prestar esclarecimentos sobre um episódio ocorrido em sua pasta. O Ministro consultou você, na condição de profissional designado(a) para prestar assessoria jurídica à pasta, se ele deveria mesmo ir, já que não se tratava de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que possuiria poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Com base na situação descrita e no sistema jurídico-constitucional brasileiro de 1988, assinale a afirmativa correta.

a) O Ministro de Estado deve comparecer, mesmo não se tratando de uma convocação realizada por CPI, pois a Comissão Parlamentar Permanente da Câmara dos Deputados tem, de acordo com a CRFB/88, competência para convocá-lo.

b) A CRFB/88 estabelece que o Ministro de Estado, como autoridade do Poder Executivo Federal, não pode ser convocado para prestar esclarecimentos à Comissão Parlamentar Permanente, sob pena de afronta ao princípio da separação dos Poderes.

c) Assiste razão ao Ministro de Estado, porque, para prestar esclarecimentos a respeito de episódio ocorrido em sua pasta, ele só pode ser convocado por CPI, que possui poderes próprios das autoridades judiciais, incluindo o de tomar depoimentos de autoridades.

d) Como o Ministro de Estado goza das mesmas imunidades do Presidente da República, já que atua por delegação desse último agente, não pode ser convocado por Comissão Parlamentar Permanente para prestar esclarecimentos sobre episódio ocorrido em sua pasta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Comissão Parlamentar.

A alternativa A está correta. O art. 50 da Constituição Federal determina que Ministros de Estado podem ser convocados por qualquer das Casas do Congresso Nacional ou suas comissões, para prestar esclarecimentos sobre assuntos inerentes às suas atribuições. Assim, não precisa ser uma CPI. As comissões permanentes também podem convocar ministros. Vejamos: “Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada”.

A alternativa B está incorreta. O sistema constitucional prevê expressamente a possibilidade de convocação de Ministros pelas comissões permanentes, não havendo violação da separação dos Poderes (art. 50, CRFB/88).

A alternativa C está incorreta. As CPIs realmente possuem poderes de investigação semelhantes aos de autoridades judiciais (art. 58, §3º, CF/88). Entretanto, a convocação de Ministro não se restringe às CPIs: comissões permanentes também podem fazê-lo (art. 50, CRFB/88). Assim: “Art. 58 [...] § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

A alternativa D está incorreta. Ministros de Estado não possuem as mesmas imunidades do Presidente da República. Ademais, é admissível a convocação de Ministros pelas comissões permanentes (art. 50, CRFB/88).

QUESTÃO 13. João, pessoa com deficiência, beneficiária de pensão alimentícia devida pelo Estado Beta, ingressou com ação judicial para receber valores atrasados. Após desfecho favorável a João, o Poder Judiciário determinou que o pagamento dos débitos alimentares em precatórios seja efetuado, de acordo com a ordem cronológica de apresentação, sem estabelecer qualquer prioridade para João. Com base na situação descrita e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento que você, como advogado(a), daria a João.

a) João, por ser pessoa com deficiência, tem preferência no recebimento de precatórios referentes a débitos alimentares, independentemente do montante dos valores devidos.

b) As pessoas com deficiência, como João, tal como outras classes de pessoas, têm preferência no recebimento de precatórios referentes a débitos alimentares, observados os balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica.

c) A pessoa com deficiência tem preferência absoluta, em relação a qualquer outro credor, no recebimento de precatórios e dívidas de pequeno valor, somente em casos de débitos alimentares de até cinco salários mínimos.

d) A preferência no recebimento de precatórios não se aplica a débitos alimentares, mesmo que se trate de pessoa com deficiência, considerando que todos os credores têm a mesma necessidade vital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Precatórios.

A alternativa A está incorreta. As pessoas com deficiência têm preferência no recebimento de precatórios alimentares. Contudo, essa preferência não é incondicional nem independe de balizamentos: o valor, a natureza do crédito (alimentar) e outros critérios legais devem ser observados. Vejamos: “Art. 100 [...] § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou

peessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório”.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 100, § 2º da Constituição, terão preferência no pagamento dos débitos de natureza alimentar, desde que respeitados os requisitos legais: “Art. 100 [...] § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório”.

A alternativa C está incorreta. O regime de preferência em precatórios alimentares (art. 100, § 2º, CF) não é restrito a cinco salários-mínimos.

A alternativa D está incorreta. A Constituição prevê expressamente a preferência para créditos de natureza alimentar, especialmente para: i. Pessoas com deficiência; ii. Idosos com 60 anos ou mais; iii. Portadores de doença grave (art. 100, §2º, CRFB/88).

QUESTÃO 14. Durante um violento temporal, em que as chuvas torrenciais poderiam levar ao desabamento de uma casa, os bombeiros militares ingressaram em um domicílio, sem o consentimento do morador, à noite, para socorrer as pessoas que estavam no imóvel. Posteriormente, o morador propôs ação indenizatória por danos morais em face do ente federativo ao qual os bombeiros militares estavam vinculados, argumentando que o referido ingresso fora ilícito. Sobre a hipótese narrada, com base no sistema constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A medida adotada pelos bombeiros militares, a despeito da boa intenção deles, foi incorreta, pois o domicílio é inviolável, o que pressupõe a autorização do morador para que pudessem ingressar no local e prestar socorro.

b) A ação indenizatória não prosperará, pois os bombeiros militares, diante do desastre iminente, não precisam do consentimento do morador do imóvel para prestar socorro.

c) A despeito do direito à inviolabilidade do domicílio não ser absoluto, o consentimento do morador somente pode ser dispensado por determinação judicial, logo a ação dos bombeiros foi ilícita.

d) Houve desproporcionalidade na atuação dos agentes, o que permite a condenação do ente federativo na ação indenizatória, visto que a prestação de socorro, sem consentimento do morador, só pode ocorrer durante o dia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema inviolabilidade de domicílio.

O art. 5º, XI da CRFB/88 dispõe: “XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

A alternativa A está incorreta. A inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI, CF/88) não é absoluta. A própria Constituição admite exceções, como: i. Flagrante delito; ii. Desastre; iii. Socorro; iv. Determinação judicial (durante o dia). Logo, “prestar socorro” é expressamente uma hipótese constitucional de ingresso sem autorização, independentemente do horário.

A alternativa B está correta. A Constituição Federal de 1988 autoriza expressamente o ingresso em domicílio para prestar socorro e em caso de desastre, independentemente da autorização do morador. Logo, não há ato ilícito do Estado que justifique indenização (art. 5º, XI da CRFB/88).

A alternativa C está incorreta. A ausência de determinação judicial para suprir o consentimento do morador não torna a ação ilícita, pois a situação excepcional de desastre justifica plenamente a atuação imediata dos agentes públicos (art. 5º, XI da CRFB/88).

A alternativa D está incorreta. A limitação de horário (somente durante o dia) se aplica apenas às hipóteses de cumprimento de mandado judicial (ordem judicial). Para desastre ou prestação de socorro, não existe limitação de horário — pode ocorrer de dia ou de noite.

QUESTÃO 15. O Presidente da República, por ter alegadamente atuado com o intuito de beneficiar pessoas de seu círculo de amizades pessoais, é acusado de influir diretamente no resultado de uma grande licitação, cujo procedimento ocorreu em órgão do Ministério X. Enzo, francês nato e naturalizado brasileiro, com candidatura deferida para disputar a eleição para vereador no Município em que reside, resolveu consultá-lo(a), como advogado(a), para saber se ele poderia ajuizar uma ação constitucional para anular a referida licitação e para preservar a intangibilidade do patrimônio público, bem como a integridade do princípio da moralidade administrativa. Analisando a narrativa à luz do sistema jurídico-constitucional, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a solução para o caso em tela.

a) Enzo, por ser francês nato, não tem legitimidade ativa para ajuizar ação constitucional com o objetivo almejado, mas pode impetrar um mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça para sustar a eficácia do ato.

b) Enzo, na qualidade de cidadão brasileiro, pode ajuizar uma ação popular perante o Supremo Tribunal Federal.

c) Enzo, no exercício de direito fundamental, pode ajuizar uma ação civil pública com o objetivo de proteger o interesse difuso de uma Administração Pública proba.

d) Enzo, por ser naturalizado brasileiro e ostentar a qualidade de cidadão, pode ajuizar uma ação popular perante o Juízo competente de primeiro grau.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema ação popular.

A alternativa A está incorreta. A condição de francês nato e brasileiro naturalizado garante a Enzo a qualidade de cidadão brasileiro (CF, art. 12, II, “a” e “b”), o que lhe confere legitimidade ativa para a ação popular (art. 5º, LXXIII, CF). Confira-se: “Art. 12. São brasileiros: [...] II - naturalizados: a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira”. Ainda: “Art. 5º [...] XXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”. Outrossim, mandado de segurança não é o meio adequado e o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para julgar mandado de segurança neste caso específico. Assim: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: [...] b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal”.

A alternativa B está incorreta. Embora Enzo tenha legitimidade como cidadão para propor a ação popular, a competência não é do Supremo Tribunal Federal, mas do juízo de primeira instância (primeiro grau), especialmente por não constar no rol do artigo 102 da CRFB/88.

A alternativa C está incorreta. A ação civil pública não pode ser ajuizada por cidadão comum individualmente; é prerrogativa do Ministério Público, da Defensoria Pública, de entidades civis organizadas e de alguns entes públicos. Portanto, Enzo, como particular, não tem legitimidade para propor ação civil pública. Nesse sentido, dispõe a Lei nº 7.347/85: “Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I - o Ministério Público; II - a Defensoria Pública; III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V - a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

A alternativa D está correta. A ação popular (art. 5º, LXXIII, CF) pode ser proposta por cidadão brasileiro (inclusive naturalizado) para proteger o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido: “Art. 5º [...] XXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”. Ademais, o juízo competente é o da primeira instância da Justiça Comum. Enzo, estando com a cidadania brasileira regularizada, possui plena legitimidade para essa medida.

QUESTÃO 16. Em razão de fenômenos climáticos que vêm ocorrendo de forma reiterada nos últimos anos, os Estados de determinada região do país vêm sofrendo grandes perdas econômicas, o que acentua o desequilíbrio socioeconômico em relação às demais regiões do país. Por haver no plano federal o entendimento de serem necessárias medidas que incentivem as atividades econômicas da região prejudicada, surgiu a proposta para que bancos estatais concedessem juros favorecidos para financiar atividades consideradas prioritárias para a região. A essa proposta se opôs o Governador do Estado Beta, que, entendendo haver inconstitucionalidade nela, solicitou aconselhamento jurídico ao seu corpo de advogados. Sobre a hipótese, segundo a perspectiva jurídico-constitucional brasileira, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação recebida.

a) O governador do Estado Beta está correto, em razão da violação ao princípio da igualdade de tratamento entre as regiões de um Estado Federal.

b) A medida encontra respaldo constitucional por ser o combate às desigualdades regionais um objetivo fundamental da República.

c) A proposta de bancos estatais oferecerem juros favorecidos afronta a ordem constitucional, mesmo que seja lícito combater as desigualdades regionais.

d) O combate às desigualdades regionais não configura tema de índole constitucional, sendo seu enfrentamento delineado pela via legal, conforme a opção política do legislador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

A alternativa A está incorreta. A igualdade, no Brasil, protege as pessoas contra discriminações injustificadas, mas não impede tratamentos diferenciados quando estes visam realizar outros valores constitucionais, como o combate às desigualdades regionais (art. 3º, III, CRFB/88).

A alternativa B está correta. A Constituição Federal, em seu art. 3º, III, define expressamente como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil "reduzir as desigualdades sociais e regionais". Assim, a concessão de juros favorecidos por bancos estatais, para estimular o desenvolvimento de regiões afetadas por fenômenos climáticos, está plenamente amparada na Constituição e é instrumento legítimo para atingir esse objetivo. Confira-se: "Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

A alternativa C está incorreta. A medida não afronta a ordem constitucional; pelo contrário, ela a concretiza. O uso de incentivos econômicos (como juros menores) é uma prática legítima para a promoção do desenvolvimento regional, conforme autorizado pela Constituição.

A alternativa D está incorreta. O combate às desigualdades regionais é, sim, tema expressamente constitucional (art. 3º, III, CRFB/88).

QUESTÃO 17. Na condição de advogado(a), você é procurado(a) por uma Organização não Governamental que atua na defesa e proteção dos Direitos Humanos de grupos minoritários no Brasil. A entidade solicita esclarecimentos quanto aos mecanismos de que dispõe para levar ao conhecimento das instâncias competentes, no âmbito do sistema global de proteção dos Direitos Humanos, uma situação que entende violar a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, com o objetivo de responsabilizar o Estado brasileiro. Nesse contexto, você deve esclarecer que, para a obtenção da finalidade pretendida, dentre os mecanismos existentes em nível global, as Organizações não Governamentais podem submeter o caso em questão diretamente à apreciação.

a) da Corte Internacional de Justiça.

b) do Tribunal Penal Internacional.

c) do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

d) do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda os mecanismos globais de responsabilização internacional por violações de Direitos Humanos, especificamente crimes de genocídio.

A alternativa A está incorreta. A CIJ é o principal tribunal da ONU para litígios entre Estados. A Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio (art. IX) determina que *disputas entre Estados-Partes* relativas a genocídio sejam submetidas à CIJ. Contudo, apenas Estados-Partes podem levar casos à CIJ (Estatuto da CIJ, art. 34), não cabendo a ONGs apresentar demanda direta.

A alternativa B está correta. O Tribunal Penal Internacional (TPI), nos termos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, Art. 5º, alínea "a", terá competência para julgar crime de genocídio.

A alternativa C está incorreta. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas atua mais na promoção, fiscalização e recomendação de políticas públicas, mas não tem competência para julgar crimes de genocídio ou responsabilizar criminalmente Estados ou indivíduos. Resolução 60/251 da Assembleia Geral da ONU.

A alternativa D está incorreta. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos não possui competência judicial ou de responsabilização de Estados por crimes como o genocídio, mas, conforme a resolução 48/141 da Assembleia Geral da ONU (1993), art. 3(b), o Alto Comissário tem o mandato de "responder a informações relativas a violações de direitos humanos".

QUESTÃO 18. Na condição de advogado(a), você foi procurado por um grupo de mães de crianças entre 6 e 10 anos que tentaram, sem sucesso, matricular seus filhos na rede básica de ensino.

Elas alegam que já envidaram todos os esforços no âmbito administrativo, sendo-lhes sempre apresentada a justificativa da inexistência de vagas. Considerando a situação hipotética em questão, assinale a afirmativa correta.

a) Caso seja demonstrada a inércia do Estado em prover o efetivo acesso ao ensino de primeiro grau, comprovando-se ainda que a situação foi devidamente submetida ao crivo do Poder Judiciário local, esgotados todos os recursos cabíveis, frustrada a obtenção de tutela eficaz, o caso poderá ser submetido diretamente pelas vítimas à análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

b) De acordo com a interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao direito à educação, em razão do seu desenvolvimento progressivo, não se pode configurá-lo como típico direito subjetivo, cujo efetiva implementação possa ser determinada por decisão judicial.

c) Apesar de o direito à educação, em razão da sua natureza social, estar previsto no Protocolo Adicional de São Salvador, no âmbito do Sistema Regional Americano de Proteção dos Direitos Humanos foram previstos meios próprios para sua proteção, não sendo possível a utilização do sistema de petições individuais regulado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

d) Em razão de o Brasil não ter ratificado o Protocolo Adicional de São Salvador, o caso em questão não poderá ser submetido aos órgãos integrantes do Sistema Regional Americano de Proteção dos Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda Direito à Educação e conhecimento do Sistema Interamericano.

A alternativa A está correta. Esgotados os recursos internos, com base nos artigos 44 e 46 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, esta pode receber petições individuais alegando violação de direitos humanos reconhecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e em tratados complementares.

A alternativa B está incorreta. O STF reconhece o direito à educação como direito subjetivo público, que pode ser exigido judicialmente (STF - ARE: 639337 SP, Relator.: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 21/06/2011, Data de Publicação: DJe-123 DIVULG 28/06/2011 PUBLIC 29/06/2011).

A alternativa C está incorreta. O Protocolo de São Salvador, em seu artigo art. 19, (6), prevê que violações de certos direitos sociais, como educação, podem ser objeto de petições individuais.

A alternativa D está incorreta. O Brasil ratificou o Protocolo de São Salvador em 1996 (Decreto nº 3.321/1999), com reservas parciais, não em relação ao direito à educação.

QUESTÃO 19. Maria estava concorrendo ao cargo de Governadora do Estado Alfa. No decorrer da campanha, obteve prova documental e testemunhal de que Joana, sua adversária direta na disputa, praticou abuso do poder econômico.

Por essa razão, solicitou a você, como advogado(a), que a representasse à Justiça Eleitoral para a abertura de investigação judicial eleitoral.

Assinale a opção que indica, corretamente, a quem deve ser encaminhada a petição.

a) A um dos Juízes Eleitorais em atuação no Estado Alfa.

b) Ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

c) À livre distribuição do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.

d) Ao Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral, que deve apreciar os fatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da competência do Corregedor Regional para a Investigação Judicial Eleitoral (art. 22 da LC 64/90).

A alternativa A está incorreta. A competência para processar a ação é do Corregedor Regional, e não de qualquer Juiz Eleitoral (art. 22, caput, da LC 64/90: "Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:").

A alternativa B está incorreta. O Presidente do TRE não é o responsável direto pela condução da investigação judicial eleitoral (art. 22, caput, da LC 64/90: "Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:").

A alternativa C está incorreta. Não há livre distribuição no TRE; a competência para a ação é do Corregedor Regional (art. 22, caput, da LC 64/90: "Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:").

A alternativa D está correta. A ação de investigação judicial eleitoral é processada e julgada pelo Corregedor Regional Eleitoral (art. 22, caput, da LC 64/90: "Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do

poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:)"

QUESTÃO 20. No curso da campanha eleitoral, João, candidato ao cargo de Prefeito Municipal, doou três sacos de cimento a Pedro, sob o compromisso de que este votaria nele.

Ao tomar conhecimento dos fatos, Ana, candidata ao mesmo cargo, procurou você, como advogado(a), e solicitou que fosse ajuizada a ação cabível de modo que o registro ou o diploma de João fosse cassado.

Assinale a opção que indica, corretamente, a ação cabível no caso.

a) Ação de impugnação de registro, que pode ser ajuizada até a data da diplomação.

b) Recurso contra a expedição de diploma, que pode ser ajuizado até três dias após a diplomação.

c) Ação de investigação judicial eleitoral, que pode ser ajuizada até a data da diplomação.

d) Representação por captação ilícita de sufrágio, que pode ser ajuizada até a data da diplomação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da representação por captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei 9.504/97: Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990).

A alternativa A está incorreta. A ação de impugnação de registro de candidatura deve ser proposta logo após a publicação do edital, e não até a data da diplomação. (Art. 3º da LC 64/90: Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.)

A alternativa B está incorreta. O recurso contra expedição de diploma não é a medida cabível antes da diplomação.

A alternativa C está incorreta. A ação de investigação judicial eleitoral visa apurar abuso de poder econômico, poder político ou uso indevido dos meios de comunicação.

A alternativa D está correta. A representação por captação ilícita de sufrágio é o instrumento correto e pode ser proposta até a diplomação (art. 41-A da Lei 9.504/97: Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer,

prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufr, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990).

QUESTÃO 21. A cooperação jurídica internacional é uma modalidade formal de solicitar a outro país uma medida judicial, investigativa ou administrativa para casos concretos. Esforçando-se para facilitar a cooperação jurídica nos casos de litígios e disputas internacionais, o Brasil aderiu à Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial (Convenção da Haia sobre Provas), promulgada pelo Decreto nº 9.039, de 27 de abril de 2017.

Sobre a obtenção de provas no exterior, assinale a afirmativa correta.

a) A tramitação do pedido de cooperação jurídica internacional para a obtenção de prova no exterior apenas poderá ser feita com base em acordo internacional vigente entre o Brasil e o Estado Requerido.

b) A Convenção da Haia sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria civil e comercial prevê que a autoridade judiciária deve aplicar inteiramente a legislação do Estado Requerente no que diz respeito às formalidades a serem cumpridas na colheita da prova.

c) O cumprimento da Carta Rogatória em que se peça uma produção de provas é submetido exclusivamente à análise da autoridade competente do Estado Contratante em que está o órgão judiciário que deferiu a produção da prova.

d) Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central para receber as Cartas Rogatórias provenientes da autoridade judiciária de outro Estado Contratante e de transmiti-las à autoridade competente para cumprimento. A organização dessa Autoridade Central deve ser a mesma em todos os Estados signatários da Convenção da Haia sobre Provas, sem possibilidade de cada um legislar sobre essa organização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da análise e cumprimento da Carta Rogatória segundo a Convenção da Haia.

A alternativa A está incorreta. A cooperação pode se dar não apenas com base em tratado, mas também com base na reciprocidade. (Art. 26 § 1º do CPC: Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.).

A alternativa B está incorreta. A autoridade do Estado Requerido aplica sua própria legislação interna, e não a legislação do Estado que pediu a prova (art. 9º da Convenção de Haia. Artigo 9º. A autoridade requerida executará o pedido de obtenção de provas de acordo com a sua lei interna.).

A alternativa C está correta. A autoridade competente do Estado Requerido examina e executa a Carta Rogatória de provas (Convenção da Haia de 1970 – Art. 25. Os Estados Contratantes nos quais mais de um sistema jurídico esteja em vigor poderão designar as autoridades de um desses sistemas, que terão competência exclusiva para o cumprimento das Cartas Rogatórias, conforme disposto na presente Convenção.).

A alternativa D está incorreta. A organização da Autoridade Central pode variar entre os Estados Contratantes da Convenção (Convenção da Haia de 1970 – Art. 25. Os Estados Contratantes nos quais mais de um sistema jurídico esteja em vigor poderão designar as autoridades de um desses sistemas, que terão competência exclusiva para o cumprimento das Cartas Rogatórias, conforme disposto na presente Convenção.).

QUESTÃO 22. Uma artista brasileira, que protagoniza filmes nos Estados Unidos, foi filmada em uma das festas no Brasil em estado de embriaguez e o vídeo postado por um portal de notícias americano. O vídeo “viralizou” e teve grande repercussão no Brasil.

Com receio de prejudicar sua carreira com a exposição negativa da imagem, ela decidiu ajuizar uma ação no Brasil contra o portal de notícias, que tem sua sede nos Estados Unidos.

Nesse cenário, com base nos limites da jurisdição nacional estabelecidos no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

a) A autoridade judiciária brasileira não é competente para julgar a ação, porque o réu é pessoa jurídica estrangeira.

b) A autoridade judiciária brasileira é competente para julgar a ação, por adotar a natureza nacionalidade brasileira.

c) A autoridade judiciária brasileira tem competência para processar e julgar a ação, por danos à imagem ocorridos no Brasil.

d) A autoridade judiciária brasileira deve remeter o caso, por carta rogatória, à justiça norte-americana, tendo em vista que o portal de notícias é sediado nos Estados Unidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da jurisdição nacional nas ações de dano ocorridas no Brasil (art. 21, II, “a”, do CPC).

A alternativa A está incorreta. O fato de o réu ser estrangeiro não impede a competência da autoridade judiciária brasileira (Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: II – a obrigação tenha de ser cumprida no Brasil; a) ou o fato tenha ocorrido ou deva produzir efeitos no Brasil.).

A alternativa B está incorreta. A nacionalidade da autora não fundamenta a competência, mas sim o local do dano. (Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: II

– a obrigação tenha de ser cumprida no Brasil; a) ou o fato tenha ocorrido ou deva produzir efeitos no Brasil.)

A alternativa C está correta. A autoridade judiciária brasileira é competente quando o dano ocorre no Brasil. (Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: II – a obrigação tenha de ser cumprida no Brasil; a) ou o fato tenha ocorrido ou deva produzir efeitos no Brasil.)

A alternativa D está incorreta. Não se trata de competência exclusiva da Justiça estrangeira; há competência brasileira pelo local do dano. (Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: II – a obrigação tenha de ser cumprida no Brasil; a) ou o fato tenha ocorrido ou deva produzir efeitos no Brasil.).

QUESTÃO 23. O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo, encaminhado ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo, prevê apenas o orçamento fiscal do referido ente.

Na mensagem de encaminhamento do projeto de LOA, está esclarecido que o orçamento de investimentos das empresas que o ente, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, bem como o orçamento da seguridade social do ente, será encaminhado individualmente por meio de outros projetos.

Diante desse cenário, sobre esse procedimento assinale a afirmativa correta.

a) Viola a regra constitucional que exige o orçamento de seguridade social deve integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) Não atende à regra constitucional de que a LOA compreenderá também o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.

c) Está correto, pois apenas o orçamento fiscal compõe a LOA, devendo o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social serem previstos em leis próprias para cada um desses tipos de orçamentos.

d) É inadequado em relação ao orçamento de investimentos, que deveria compor a LOA, mas é admitido em relação ao orçamento de seguridade social, que pode ser previsto em outra lei, desde que seu valor global esteja previsto na LOA.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da estrutura da Lei Orçamentária Anual (LOA) (art. 165, §5º, da CF/88).

A alternativa A está incorreta. A LOA não integra o orçamento de seguridade social na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Constituição Federal – Art. 165, §2º e §5º: Art. 165. § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as

despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. §5º A lei orçamentária anual compreenderá: I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta; II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.)

A alternativa B está correta. A LOA deve compreender o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais (vide alternativa A).

A alternativa C está incorreta. A LOA deve integrar todos os três orçamentos, e não somente o fiscal (vide alternativa A).

A alternativa D está incorreta. Tanto o orçamento de investimentos quanto o da seguridade social devem integrar a LOA (vide alternativa A).

QUESTÃO 24. O Estado Beta, no último ano, ultrapassou o limite de despesas total de pessoal, que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é, no máximo, 60% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Por falta de gestão responsável, apesar de os demais Poderes e órgãos autônomos terem se enquadrado dentro dos respectivos percentuais fixados como limites individuais, o Poder Executivo estadual não conseguiu alcançar a redução determinada pela própria LRF, dentro do prazo por ela estipulado, para atender ao percentual máximo de 60% da RCL, fixado como limite individual de despesas com pessoal para o Poder Executivo estadual.

Diante desse cenário, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo estadual não poderá:

- a) Realizar qualquer operação de crédito, apenas.**
- b) Receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), mas poderá obter garantia de outro ente, bem como poderá contratar operações de crédito.**
- c) Obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, reservadas as que visem à redução das despesas com pessoal; mas, poderá receber transferências voluntárias em quaisquer áreas.**
- d) Receber transferências voluntárias (exceto nas áreas de educação, saúde e assistência social), nem obter garantia de outro ente, nem contratar operações de crédito, reservadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das sanções ao ente que ultrapassa o limite de despesa de pessoal (arts. 22 e 23 da LRF).

A alternativa A está incorreta. A restrição é mais ampla do que apenas a realização de operações de crédito (Art. 23. [...] §3º Enquanto perdurar o excesso, o ente da Federação não poderá: I – receber transferências voluntárias; II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; III – contratar operações de crédito, salvo as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária que não aumentem o endividamento líquido.)

A alternativa B está incorreta. Não poderá obter garantia de outro ente nem contratar operações de crédito, salvo exceções específicas. (Art. 23. [...] §3º Enquanto perdurar o excesso, o ente da Federação não poderá: I – receber transferências voluntárias; II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; III – contratar operações de crédito, salvo as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária que não aumentem o endividamento líquido.)

A alternativa C está incorreta. Também haverá vedação à obtenção de transferências voluntárias, salvo para educação, saúde e assistência social. (Art. 23. [...] §3º Enquanto perdurar o excesso, o ente da Federação não poderá: I – receber transferências voluntárias; II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; III – contratar operações de crédito, salvo as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária que não aumentem o endividamento líquido.)

A alternativa D está correta. O ente não poderá receber transferências voluntárias, nem obter garantias ou contratar operações de crédito, salvo exceções. (Art. 23. [...] §3º Enquanto perdurar o excesso, o ente da Federação não poderá: I – receber transferências voluntárias; II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; III – contratar operações de crédito, salvo as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária que não aumentem o endividamento líquido.)

QUESTÃO 25. Nova lei federal ordinária, pretendendo oferecer uma oportunidade para que os empregadores possam quitar suas dívidas de contribuição previdenciária patronal criou um programa de parcelamento de dívidas desse tributo em até 90 (noventa) meses. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A nova lei, por não ser complementar, não poderia prever o parcelamento dessas dívidas de contribuições de seguridade social.

b) O número máximo de meses de tal parcelamento extrapola o permitido pela Constituição Federal/88.

c) O parcelamento das contribuições de seguridade social, por determinação da Constituição Federal/88, precisa ser acompanhado do pagamento de uma parcela inicial que represente 20% do valor total da dívida.

d) A Constituição Federal, dada a relevância da seguridade social, veda a concessão de qualquer tipo de parcelamento de dívidas de contribuição previdenciária patronal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Suspensão do Crédito Tributário - Parcelamento.

A alternativa A está incorreta. Porque a lei ordinária pode disciplinar o parcelamento de dívida tributária nos termos do art. 155-A do CTN. O art. 146, III CF/88, não determina a obrigatoriedade de lei complementar para a concessão do parcelamento de crédito tributário.

A alternativa B está correta. Pois é vedado o parcelamento superior à 60 meses nos termos do art. 195, V, § 11 da CF/88.

A alternativa C está incorreta. A CF/88 não estipula valor mínimo a ser pago em parcela inicial das contribuições de seguridade social (art. 195 da CF). Somente a quantidade máxima de parcelas (60 meses). conforme disposto no art. 195, V, § 11 da CF/88.

A alternativa D está incorreta. Porque o parcelamento de dívidas de contribuição previdenciária é permitido até 60 meses nos termos do art. 195, V § 11 da CF/88.

QUESTÃO 26. A sociedade empresária prestadora de serviços ABC Ltda., sediada no Município Alfa, deixou de declarar ao Fisco Municipal vários serviços que prestou no território desse município. Em razão disso, um agente fiscal do ISS municipal lavrou auto de infração com multa e encargos em face da referida sociedade empresária, por não ter prestado as declarações no prazo e na forma da legislação tributária. Notificada do auto de infração para o pagamento, a sociedade empresária nem pagou nem impugnou o lançamento. Em razão do não pagamento, a Procuradoria do Município ingressou com uma ação de cobrança pelo rito comum contra a sociedade ABC Ltda., fundamentada no Código de Processo Civil. Sobre a ação de cobrança ajuizada pela Procuradoria do Município, assinale a afirmativa correta.

a) A via judicial adequada para a cobrança seria a ação de execução fiscal, e não uma ação de cobrança regida pelo Código de Processo Civil.

b) O prazo prescricional do Fisco Municipal para a constituição do crédito tributário era de cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

c) O prazo decadencial do Fisco Municipal para a constituição do crédito tributário era de cinco anos contados da data do fato gerador da obrigação tributária.

d) A modalidade de lançamento efetivamente utilizada pelo agente fiscal do ISS foi o lançamento por declaração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crédito tributário e Execução Fiscal.

A alternativa A está correta. A ação pertinente seria a de Execução Fiscal, regida pela lei nº 6830/80, pois os valores não pagos constituem dívida ativa perante o município e não ação de cobrança regida pelo CPC.

A alternativa B está incorreta. Porque o prazo para constituição do crédito tributário é decadencial (e não prescricional), sendo de 5 anos contados a partir do exercício financeiro seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado, nos termos do art. 173, I do CTN.

A alternativa C está incorreta. O erro da alternativa é mencionar que se inicia a contagem do prazo decadencial a partir da data do fato gerador da obrigação tributária, quando na verdade, é a partir do exercício financeiro seguinte àquele em que o lançamento poderia ser efetuado, nos termos do art. 173, I do CTN.

A alternativa D está incorreta. O lançamento realizado pelo agente fiscal do ISS é o lançamento de ofício e não por declaração.

QUESTÃO 27. João da Silva, profissional liberal, foi notificado pela Administração Tributária Federal, em 20 de janeiro de 2023, para prestar esclarecimentos sobre possíveis rendimentos declarados recebidos no ano de 2019. Tais rendimentos foram identificados por meio de movimentação financeira de sua conta bancária, a partir da Lei Complementar Federal nº XXX/2022, publicada em 15 de dezembro de 2022, que alterou os critérios de fiscalização, ampliando os poderes de investigação do Fisco Federal, permitindo a este acesso aos dados financeiros bancários dos contribuintes (apenas créditos e débitos) para fins de fiscalização, lançamento tributário e cobrança de Imposto sobre a Renda. Irresignado com a notificação relativa aos fatos ocorridos vários anos atrás, João consulta seu(sua) advogado(a), que emite um sucinto parecer e uma orientação jurídica. Diante desse cenário e de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a afirmativa correta.

a) A notificação é inconstitucional por violar o princípio da irretroatividade tributária, uma vez que a referida nova lei só poderia produzir efeitos a partir da sua publicação.

b) Por não ter respeitado a anterioridade nonagesimal, que imporia a vigência e eficácia daquela nova lei somente a partir do meio do mês de março de 2023, a notificação é indevida.

c) A notificação é regular e atende às regras constitucionais e às do CTN, devendo João da Silva prestar os esclarecimentos quanto aos rendimentos recebidos e, se for o caso, recolher o imposto devido com os acréscimos devidos.

d) Não poderá ocorrer lançamento tributário fundado em dados obtidos a partir de fiscalização com base na Lei Complementar nº XXX/2022, já que ela instituiu novos critérios de apuração ou processos de fiscalização depois da ocorrência do fato gerador da obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do lançamento tributário.

A alternativa A está incorreta. A notificação em apreço não é inconstitucional. Por se tratar de norma procedimental de fiscalização e de critérios de apuração, não se sujeita ao princípio da irretroatividade tributária (art. 150, III da CF/88), podendo o lançamento ocorrer posteriormente à ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 144 § 1º do CTN.

A alternativa B está incorreta. Pois a eficácia da Lei XXX/22, não se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal por se tratar apenas de critérios de apuração fiscalizatória do lançamento, portanto tem efeitos imediatos conforme art. 144 § 1º do CTN.

A alternativa C está correta. A notificação é regular, para apuração de possível irregularidade fiscal praticada por João da Silva e os novos critérios de apuração usados pelo fisco podem ser aplicáveis inclusive ao lançamento posterior à ocorrência do fato gerador. Assim, ele deve prestar esclarecimentos ou recolher o imposto devido.

A alternativa D está incorreta. Porque o art. 144 § 1º do CTN autoriza a instituição de novos critérios de apuração ou processo de fiscalização mesmo após a ocorrência do fato gerador da obrigação.

QUESTÃO 28. Um contrato de locação residencial traz cláusula expressa de que ao locatário caberá o encargo de pagar diretamente, para o Município ou a rede bancária, o IPTU incidente sobre o imóvel locado, enquanto durar o contrato de locação, devendo remeter, posteriormente, o comprovante de pagamento ao locador. Sobre a posição do locatário, à luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- a) O locatário pode ser considerado contribuinte de direito quanto a este IPTU.**
- b) Em caso de inadimplemento deste IPTU, o locatário não poderá ser executado pelo Município.**
- c) Quanto a este IPTU, o locatário tem responsabilidade tributária por substituição ao locador.**
- d) O locatário é responsável tributário por sucessão do locador quanto a este IPTU.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Responsabilidade Tributária.

A alternativa A está incorreta. O locatário não é contribuinte nem responsável tributário do IPTU. Mesmo que prevista em contrato. Pois as convenções particulares relativas ao dever de pagar tributos não são opostas à Fazenda Pública nos termos do art. 123 do CTN.

A alternativa B está correta. O inadimplemento do IPTU por parte do locatário, não deriva de uma obrigação legal tributária. Assim, ele não pode ser executado pelo município conforme dispõe o art. 123 do CTN, vejamos: "Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes".

A alternativa C está incorreta. O locatário não possui nenhuma responsabilidade tributária quanto ao IPTU nos termos do art. 123 do CTN.

A alternativa D está incorreta. O locatário também não é responsável tributário por sucessão pelos motivos expostos já no comentário da alternativa B. Não sendo sujeito passivo do IPTU.

QUESTÃO 29. Visando à melhoria do serviço de iluminação pública e da segurança no Município Alfa, foi publicada lei municipal, em 20/02/2024, instituindo uma contribuição cuja arrecadação estaria vinculada ao custeio, à expansão e à melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos. Acerca desta lei, assinale a afirmativa correta.

a) A contribuição poderia ser instituída e vinculada a todas essas finalidades, por expressa previsão constitucional.

b) É inconstitucional a tentativa de custear a iluminação pública por espécie tributária distinta de impostos.

c) A implantação de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos somente poderia ser custeada com recursos advindos de taxas, e não de uma contribuição.

d) A implantação de sistemas de monitoramento para a segurança e a preservação de logradouros públicos somente poderia ser custeada com recursos advindos de impostos, e não de uma contribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Contribuição à expansão e ao melhoramento do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

A alternativa A está correta. Essa contribuição está disciplinada no art. 149 - A da CF/88: "Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observado o disposto no art. 150, I e III".

A alternativa B está incorreta. Porque o tributo aplicável é a contribuição prevista no art. 149-A da CF/88 e não impostos.

A alternativa C está incorreta. O custeio de iluminação pública não pode ser cobrado mediante taxa (Súmula 670 do STF) e sim, contribuição, disciplinada no art. 149-A da CF/88).

A alternativa D está incorreta. A contribuição do art. 149-A da CF/88 após a reforma tributária de 2023 (EC nº 132/22), atribuiu aplicabilidade também sobre o custeio dos sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos. Portanto o custeio não se dá mediante impostos e sim, contribuição.

QUESTÃO 30. Com o intuito de promover o tombamento de dois imóveis vizinhos de inequívoco valor histórico e cultural, o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), autarquia federal, no exercício de suas atribuições, promoveu a notificação dos respectivos proprietários: o Município Alfa e a senhora Maria Silva. Maria Silva acredita que terá graves prejuízos

financeiros com a materialização do tombamento de ambos os imóveis, razão pela qual, logo após a notificação, procurou você, como advogado(a), para dirimir dúvidas acerca da matéria. À luz do disposto no Decreto-Lei nº 25/1937, assinale a opção que apresenta, corretamente, o esclarecimento que você deu a Maria Silva.

a) Com a notificação, considera-se que ocorreu o tombamento provisório do imóvel de Maria.

b) A conclusão do tombamento do imóvel do Município Alfa não gera qualquer efeito sobre o imóvel de Maria.

c) Caso Maria realize tempestivamente a impugnação relacionada ao imóvel de sua propriedade, não será cabível o tombamento compulsório.

d) Não é possível o tombamento do imóvel vizinho à propriedade de Maria, por se tratar de bem público que integra o patrimônio do Município Alfa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema tombamento.

A alternativa A está correta. O tombamento provisório é iniciado pela notificação, e o tombamento definitivo é concluído pela inscrição dos bens no livro do tombo, conforme art. 10 do DL 25/37: “Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 18 do DL 25/37: “Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.”

A alternativa C está incorreta. Ainda que haja impugnação, o tombamento compulsório ainda pode ocorrer. É o que dispõe art. 9º do DL 25/37: “Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo: (...) 3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.”

A alternativa D está incorreta. É possível, sim, o tombamento de imóvel pertencente ao poder público, conforme dispõe artigo 2º do DL 25/37: “Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.”

QUESTÃO 31. Januário, ex-prefeito do Município Imaginário, teve conhecimento de um inquérito civil que tem por objeto avaliar condutas praticadas no exercício de seu mandato que se enquadram como atos de improbidade e que causaram prejuízo ao erário. Em razão disso, ele procurou você, na qualidade de advogada(o), para definir uma estratégia de defesa, destacando que tem provas de que atuou de forma culposa. Considerando o fato de a conduta ter sido culposa, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação jurídica prestada.

- a) fato é determinante para a estratégia de defesa, na medida em que os atos de improbidade não mais podem ser caracterizados na modalidade culposa.
- b) O fato é importante para a estratégia de defesa, para fins de redução da pena, pois os atos de improbidade que ocasionam prejuízo ao erário admitem a modalidade culposa.
- c) O fato é desinfluyente para a respectiva estratégia de defesa, em um primeiro momento, pois os atos de improbidade admitem tanto a modalidade culposa quanto a dolosa.
- d) O fato não tem muita relevância para a estratégia de defesa, na medida em que a responsabilização por improbidade administrativa é objetiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema improbidade administrativa. De fato, desde as alterações realizadas na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) pela Lei 14.230/2021, não se admite mais a modalidade culposa em atos de improbidade administrativa. Agora, o dolo é necessário. Conforme art. 1º, § 1º, da Lei 8.429/92: “§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)”. Ressalte-se que o dolo é definido pela própria lei 8.429/92, em seu artigo 1º, § 2º, como “a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente”. Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Automaticamente, as alternativas B e C ficam incorretas, pois falam em admissão da modalidade culposa.

A alternativa D também está incorreta, pois a configuração da culpa tem, sim, relevância, já que a responsabilização por improbidade administrativa depende da caracterização do dolo, conforme explicitado acima.

QUESTÃO 32. Rodrigo agrediu fisicamente seu desafeto Afonso, quando estava no exercício de suas atribuições como servidor público do Estado Alfa, em decorrência de uma desavença entre eles, no momento em que realizava atendimento ao público. Em razão dos danos sofridos, Afonso ajuizou ação de responsabilidade civil em face do mencionado ente federativo/ Depois do trânsito em julgado da sentença condenatória ao pagamento da quantia indenizatória de R\$ 20.000 (vinte mil reais), o Estado Alfa ajuizou ação de regresso em desfavor de Rodrigo, com vistas a obter o ressarcimento do erário. O então agente público foi citado na última segunda-

feira, motivo pelo qual ele procurou você, como advogado (a), para a realização da sua defesa no respectivo processo. Assinale a opção que indica, corretamente, a orientação jurídica que você prestou e que deve constar da contestação na ação de regresso em que Rodrigo é o demandado.

a) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, com base na teoria do risco integral, enquanto a de Rodrigo, apesar de objetiva, com base na teoria do risco administrativo, admite a discussão acerca do elemento subjetivo.

b) A responsabilidade civil é objetiva, com base na teoria do risco administrativo, tanto para Rodrigo quanto para o Estado Alfa, motivo pelo qual a peça de defesa deve se restringir a indicar eventuais causas excludentes do nexo de causalidade.

c) A responsabilidade civil é subjetiva na situação de Rodrigo, sendo necessária a demonstração de dolo ou culpa na ação de regresso em questão, a qual foi ajuizada em decorrência da condenação do Estado fundada em sua responsabilização objetiva, com base na teoria do risco administrativo.

d) A responsabilidade civil é subjetiva tanto para Rodrigo quanto para o Estado, com base na teoria do risco administrativo, admitindo, contudo, a discussão do elemento subjetivo em ambas as hipóteses, que é imprescindível para fins de romper o nexo de causalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema responsabilidade civil do estado.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade civil do estado, em regra, se fundamenta na Teoria do Risco Administrativo, sendo necessário haver, para sua caracterização, uma conduta (seja de ação ou omissão), um dano, e nexo causal entre eles. É o que se depreende da leitura do art. 37, § 6º, da CF: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” A responsabilidade civil do estado baseada na teoria do risco integral somente ocorre em casos bastante específicos (por exemplo, danos nucleares); nela, o Estado figura como um segurador universal e, independente de caso fortuito ou força maior, responde integralmente pelo dano causado ao particular.

As alternativas B e D estão incorretas, pois falam, respectivamente, em responsabilidade objetiva do agente público, e em responsabilidade subjetiva do Estado.

A alternativa C está correta. De fato, a responsabilidade civil é subjetiva para o agente público (sendo necessária a demonstração de dolo ou culpa na ação de regresso), e objetiva para o Estado (com base na teoria do risco administrativo). De acordo com tese fixada pelo STF em sede de repercussão geral: “A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. STF. Plenário. RE 1027633/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 14/8/2019 (repercussão geral)”.

QUESTÃO 33. Tertuliano vem acumulando ilicitamente dois cargos públicos em autarquias federais diferentes. Ao detectar tal situação, após os devidos trâmites, a autoridade competente notificou o servidor para que ele optasse pelo cargo em que pretendia permanecer. Em decorrência da omissão de Tertuliano em realizar a aludida escolha foi publicada a portaria atinente à instauração do processo administrativo disciplinar por acumulação ilegal de cargos. Tertuliano procurou você, como advogado(a), para saber das peculiaridades do andamento desse procedimento. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa que indica, corretamente, sua orientação.

a) A análise do caso deverá ser feita por uma comissão processante, composta de três servidores estáveis, cujo presidente deverá ser ocupante de cargo superior ou de mesmo nível de Tertuliano.

b) A comissão processante, caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé de Tertuliano, deverá indicar o cargo que estará sujeito à pena de demissão.

c) A notificação para que Tertuliano realize a opção por um dos cargos vai contra a lei, pois ele deve ser demitido de ambos os cargos ilicitamente acumulados, após o devido processo administrativo.

d) A opção de Tertuliano por um dos cargos até o último dia do prazo para defesa configura sua boa-fé, hipótese que se converterá, automaticamente, em pedido de exoneração do outro cargo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema agentes públicos.

A alternativa A está incorreta. A comissão será composta de 2 servidores estáveis. É o que determina art. 133, I, da Lei 8.112/90: “I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 133, § 6º, da Lei 8.112/90: “§ 6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.”

A alternativa C está incorreta. Antes de aplicada a penalidade de demissão, o servidor é notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, a autoridade adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata. É o que determina caput do art. 133 da Lei 8.112/90: “Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: (...)”.

A alternativa D está correta. Na forma do art. 133, § 5º, da Lei 8.112/90: “§ 5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.”

QUESTÃO 34. O Estado Beta, após os devidos trâmites, promoveu a concessão de serviços de sua competência para a sociedade empresária Servicaos. Em decorrência do descumprimento de algumas cláusulas contratuais que estão impactando a qualidade da atividade delegada, o poder concedente editou um decreto, contendo a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida, a fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Em razão disso, a sociedade empresária Servicaos procura você, na condição de advogado(a), a fim de obter esclarecimentos acerca da validade e dos desdobramentos da medida adotada. Assinale a opção que apresenta o esclarecimento correto a ser prestado.

a) A medida é nula, pois não poderia se materializar por meio de decreto, na medida em que o Poder Concedente deveria ter editado uma lei autorizativa para tal finalidade.

b) Após a devido processo administrativo, a constatação de inexecução do contrato deve ensejar sua extinção, constituindo causa justificadora da encampação, que independe do interesse público.

c) O Poder Concedente, declarada a intervenção, deverá, no prazo de 30 dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar as responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

d) A administração do serviço, cessada a intervenção e caso não seja extinta a concessão, será devolvida à concessionária, independentemente da prestação de contas do interventor, na medida em que este não responde pelos atos por ele praticados na vigência da medida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema concessão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 32, p.u., da Lei 8.987/95: “Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.”

A alternativa B está incorreta. A constatação da inexecução do contrato acarreta a declaração de caducidade, e não na encampação. Conforme art. 38 da Lei 8.987/95: “Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 33, caput, da Lei 8.987/95: “Art. 33. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para

comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.”

A alternativa D está incorreta. A devolução da administração do serviço à concessionária deve ser precedida de prestação de contas pelo interventor. É o que determina art. 34 da Lei 8.987/95: “Art. 34. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.”

QUESTÃO 35. A sociedade empresária XYZ, recentemente constituída, exercerá atividade econômica potencialmente causadora de degradação ambiental, tornando-se necessário o licenciamento ambiental. Os sócios da entidade verificaram, contudo, que o Município Alfa, responsável pelo licenciamento ambiental no caso concreto, não dispõe de órgão ambiental capacitado ou de conselho do meio ambiente. Logo, a entidade contratou os serviços de um(a) advogado(a) para orientá-la sobre como proceder na sequência. O patrono constatou, então, que o Estado Beta, cuja capital está no Município Alfa, e a União possuem órgãos ambientais capacitados. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Complementar nº 140/2011, que versa sobre a competência ambiental dos entes federativos, assinale a afirmativa correta.

a) Na ausência de órgão ambiental capacitado ou conselho do meio ambiente no Município Alfa, a ação administrativa de licenciamento ocorrerá perante a União.

b) Inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho do meio ambiente no Município Alfa, a ação administrativa de licenciamento ocorrerá perante o Estado Beta.

c) Até que o Município Alfa crie um órgão ambiental capacitado ou um conselho do meio ambiente, a sociedade empresária XYZ não poderá exercer, regularmente, as suas atividades, por ausência de licenciamento ambiental.

d) Como não há órgão ambiental capacitado ou conselho do meio ambiente no Município Alfa, a sociedade empresária XYZ terá direito ao licenciamento ambiental tácito, podendo exercer suas atividades de forma regular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos temas licenciamento ambiental e competência dos entes em relação à proteção do meio ambiente.

A alternativa A também está incorreta. Observe que, como o Estado Beta possui os órgãos competentes, será dele a competência para desempenhar as ações administrativas do Município Alfa. Tal competência somente seria da União se tanto Município Alfa quanto o Estado Beta não tivessem os órgãos competentes. É o que determina art. 15, III, da LC 140/2011: “Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses: III - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado e no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos.”.

A alternativa B está correta. Ao analisar o caso concreto, percebe-se que o Município Alfa, responsável pelo licenciamento ambiental, não dispõe de órgão ambiental capacitado ou de conselho do meio ambiente, mas o Estado Beta (onde Alfa está inserido) e a União possuem tais órgãos ambientais capacitados. Nessa hipótese, segue-se o disposto no artigo 15, II, da LC 140/2011, vejamos: “Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses: II - inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação;”. Logo, a alternativa correta é a letra B. Automaticamente, a alternativa C fica incorreta, pois haverá sim o licenciamento, a ser realizado pelo Estado Beta.

A alternativa D está incorreta. Não existe, em nenhum dispositivo legal, o chamado licenciamento tácito. Pelo contrário, o licenciamento é um procedimento administrativo, com suas fases e trâmites definidos em lei. Conforme art. 2º, I, da LC 140/2011: “Art. 2º Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se: I - licenciamento ambiental: o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;”.

QUESTÃO 36. Diante das numerosas tragédias climáticas registradas, ganhou força nas recentes discussões jurídicas a pauta relacionada à designada litigância climática, por meio da qual o Judiciário é instado a se manifestar para impor medidas com vistas a reduzir efeitos deletérios sobre o clima, especialmente por meio de ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público. A associação Puravida, que atua na área ambiental, tem especial interesse na aludida matéria, de modo que procurou você, como advogado(a), para esclarecer dúvidas acerca do respectivo arcabouço jurídico. Com relação à atuação jurisdicional da litigância climática, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, seu esclarecimento.

a) Inexiste qualquer amparo no ordenamento jurídico, diante da primazia do princípio da livre iniciativa e do desenvolvimento econômico do país.

b) Tem assento, exclusivamente, em normas infraconstitucionais, notadamente na lei que institui a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC).

c) A temática dispõe de previsão em normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema, mas não há fundamento constitucional que lhe confira amparo.

d) Decorre das normas previstas na CRFB/88 para a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e de normas internacionais, além das editadas internamente para tal fim, como a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC).

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema proteção ao meio ambiente, em especial no tocante às mudanças climáticas.

Observa-se que a proteção ao meio ambiente é tratada tanto na CF/88, quanto em normas internacionais, quanto em leis infraconstitucionais e normas internacionais. Na Constituição, é o artigo

225 que trata da proteção ao meio ambiente. Vejamos: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...)”. Internacionalmente, tem-se o Acordo de Paris tratando sobre as mudanças climáticas. Segundo seu artigo 2º: “1. Este Acordo, ao reforçar a implementação da Convenção, incluindo seu objetivo, visa fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza, incluindo: (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima; (b) Aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos; e (c) Tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória rumo a um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima.”

E, quanto ao ordenamento interno, é a PNMC (Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei 12.187/2009) que trata sobre o tema, trazendo diversos instrumentos, objetivos e diretrizes a serem seguidos quanto à mudança do clima. Como exemplo, menciona-se o artigo 5º, II, IV e V, da PNMC. Vejamos: “Art. 5º São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima: III - as medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico; IV - as estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima nos âmbitos local, regional e nacional; V - o estímulo e o apoio à participação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, assim como do setor produtivo, do meio acadêmico e da sociedade civil organizada, no desenvolvimento e na execução de políticas, planos, programas e ações relacionados à mudança do clima;”.

QUESTÃO 37. No edifício em que reside Carolina, há, nas janelas das salas de todos os apartamentos, jardineiras com pequenas plantas. Trata-se de elemento original do projeto arquitetônico. Na sua jardineira, Carolina colocou alguns vasos de plantas. Certo dia, caiu um vaso da jardineira de Carolina sobre o carro de Thiago, que estava estacionado na rua, e causou um pequeno amassado.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Carolina somente responde pelo prejuízo de Thiago, se este provar dolo por parte dela.**
- b) Carolina somente responde pelo prejuízo de Thiago, se este provar dolo ou culpa por parte dela.**
- c) Carolina responde pelo prejuízo de Thiago, independentemente de prova de dolo ou culpa por parte dela.**
- d) Por se tratar de elemento original da construção, Carolina não tem responsabilidade pelo que cair da jardineira.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da responsabilidade pelo fato da coisa.

A responsabilidade civil pelas coisas que caírem ou forem lançadas se rege pelo CC/02, veja: "Art. 938. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido". Veja que nos termos da lei, a responsabilidade pela queda do vaso será objetiva, uma vez que o legislador não exige a comprovação de dolo ou culpa para que existe o direito à reparar. A responsabilidade está baseada no dever de guarda, ou seja, o morador deve garantir que coisas não caiam ou sejam lançadas de sua unidade de forma a causar danos.

As alternativas A e B estão incorretas, já que a responsabilidade objetiva não exige a comprovação de dolo ou culpa.

A alternativa C está correta, já que por se tratar de responsabilidade objetiva, Carolina responde pelo prejuízo de Thiago, independentemente de prova de dolo ou culpa por parte dela.

A alternativa D está incorreta, pois aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem.

QUESTÃO 38. André, pessoa física, faz a coleta de dados pessoais de seus conhecidos e os arquiva em seus cadernos pessoais. A coleta é feita para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei no 13.709/2018) ao caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Não é aplicável, porque se trata de pessoa natural e a referida lei somente se aplica às pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

b) Não é aplicável, porque o tratamento de dados pessoais, na hipótese em questão, é realizado por pessoa física com finalidade exclusivamente particular e não econômica.

c) Não é aplicável, porque o tratamento de dados pessoais, na hipótese em questão, é realizado em meio físico e não digital.

d) É aplicável, porque, mesmo sendo realizada por pessoa natural, em meio físico e sem finalidade lucrativa, a lei define "tratamento" de modo amplo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tratamento de dados pessoais.

Veja que a LGPD não será aplicável ao caso narrado na questão, uma vez que se trata de tratamento de dados pessoais realizado por pessoa física, para fins exclusivamente particulares e não econômicos. Veja a literalidade da LGPD: "Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;".

QUESTÃO 39. Paulo e Glória mantiveram união estável por 22 anos, sem que nunca tivessem celebrado pacto de convivência. Ao longo da relação, amealharam, por esforço comum, patrimônio de R\$ 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais). Paulo faleceu, não deixando filhos nem pais, apenas seus quatro avós e dois irmãos. Diante dos fatos hipotéticos narrados, sobre a sucessão de Paulo, assinale a afirmativa correta.

a) Glória terá direito à meação, R\$ 800.000 (oitocentos mil reais), mais metade do valor da herança, ou seja, R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais). O valor restante, de R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais), será dividido igualmente entre os avós de Paulo.

b) Glória terá direito à meação, no valor de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais), ao direito real de habitação, mas não concorrerá com os ascendentes de Paulo.

c) Glória terá direito ao valor total dos bens, já que o cônjuge afasta da sucessão os ascendentes do falecido.

d) Glória terá direito à meação, no valor de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais), e o valor da herança será dividido em três partes iguais, recebendo Glória e os dois irmãos de Paulo, o correspondente a 1/3 (um terço) cada um.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de direito das sucessões.

Paulo e Glória mantiveram uma união estável por 22 anos, por tanto, aplicasse o regime patrimonial da comunhão parcial de bens, nos termos do Código Civil: " Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens". Veja que o enunciado menciona que Paulo faleceu, sem deixar testamento e sem filhos, porém com ascendentes vivos, por tanto, seus sucessores serão seu cônjuge e seus ascendentes, nos termos do Código Civil: " Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;". Já em relação a divisão do patrimônio de Paulo, veja que caberá a Glória a metade da herança de Paulo já que concorre com ascendente de segundo grau, nos termos do Código Civil: "Art. 1.837. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará um terço da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau".

A alternativa A está correta, já que Glória já é proprietária de metade dos bens, portanto é meeira em R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) e será herdeira de Paulo, lhe cabendo metade de seus bens, já que concorre com os ascendentes de segundo grau de Paulo.

As alternativas B e C estão incorretas, já que Glória concorrerá com os ascendentes de Paulo, nos termos do art. 1.829 do CC/2002, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta, pois havendo cônjuge e ascendentes vivos, os irmãos não têm direito sucessório sobre os bens de Paulo. Por tanto, Glória concorre na herança com os ascendentes, lhe cabendo metade da herança, já que são ascendentes de segundo grau, nos termos do art. 1.837 do CC/2002, acima transcrito.

QUESTÃO 40. Cláudia comprou um apartamento e contratou o arquiteto Lúcio para elaborar o projeto de redecação. Pelo contrato celebrado, Lúcio deverá entregar o projeto a Cláudia no prazo de 30 dias, contados da assinatura do instrumento. Em caso de mora, Lúcio fica obrigado a pagar multa diária a Cláudia. Considerando essa hipótese, assinale a afirmativa correta.

a) Caso haja atraso na entrega do projeto, Cláudia poderá exigir a multa de Lúcio, independentemente de alegar prejuízo da mora.

b) A obrigação de pagar multa por dia de atraso afigura-se inválida, pois configura ônus manifestamente excessivo em detrimento do devedor.

c) Havendo mora, caso Cláudia cobre a verba estipulada, não poderá exigir de Lúcio o cumprimento da obrigação principal, isto é, a entrega do projeto de redecação.

d) A obrigação de pagar a multa em caso de mora tem natureza jurídica de astreintes e não pode ser reduzida equitativamente pelo Juiz caso se revele manifestamente excessiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de obrigações.

Veja que Claudia e Lúcio celebraram livremente um contrato, no qual estabeleceram uma multa para Lúcio em caso de atraso na entrega do projeto. Neste caso, se dispensa a prova do dano, pois o contrato prevê a multa independentemente de comprovação específica de dano. Veja o que o Código Civil diz a respeito: " Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros, atualização monetária e honorários de advogado. Art. 396. Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora".

A alternativa A está correta, já que conforme estipulado por ambos no contrato, havendo atraso na entrega no trabalho, Claudia poderá exigir a multa de Lúcio.

A alternativa B está incorreta. Não há menção no enunciado ao valor da multa, nem de qualquer situação diferenciada que nos leve a pensar que essa cláusula é manifestamente excessiva. A multa diária é um instrumento válido desde que não exceda um limite razoável.

A alternativa C está incorreta, já que Lúcio se obrigou contratualmente a realizar o projeto para a Claudia, por tanto, Claudia poderá exigir o cumprimento do contrato, mesmo o Lúcio atrasando a entrega. Nos termos do art. 396 do CC/2002, Lúcio além de cumprir a obrigação, responderá por perdas e danos, mais juros, atualização monetária e honorários de advogado, por causa do seu atraso. A mora ocorre quando o devedor não cumpre a obrigação no tempo, lugar e forma estabelecidos. No entanto, mesmo havendo mora, a obrigação principal ainda pode ser exigida pelo credor.

A alternativa D está incorreta. Veja que o examinador trouxe uma alternativa com conteúdo que foge do tema tratado na questão. As astreintes, ou multas cominatórias, são uma medida processual com natureza coercitiva, que visa impulsionar o cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer determinadas decisões judiciais. Não têm natureza indenizatória ou compensatória, mas o objetivo de garantir a efetividade da decisão e evitar o descumprimento por parte do devedor. Além disso, o juiz pode reduzir a penalidade se o montante for manifestamente excessivo, nos termos do Código Civil:

"Art. 413. A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio".

QUESTÃO 41. Fabiano e Vitória, casados pelo regime de comunhão parcial de bens, são possuidores de boa-fé de um imóvel residencial localizado no município de Quebrangulo, AL, com área de 160 m2 (cento e sessenta metros quadrados).

O proprietário do imóvel é Graciliano, que se mudou para Maceió, no início do ano de 2011, nunca mais retornando à cidade. Destaca-se que Graciliano havia hipotecado o bem dias antes de sua mudança para a capital.

No dia de ontem, o casal procurou você, como advogado(a), com o propósito de verificar uma possível usucapião, visto que residem no bem desde 2018.

Com base no sistema jurídico brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) A usucapião é forma de aquisição derivada, de modo que permanecem os ônus reais que gravavam o imóvel antes de sua declaração, não podendo ser oposta em caso de hipoteca.

b) O casal, Fabiano e Vitória, poderá adquirir o domínio do imóvel por usucapião especial urbana, desde que demonstre a posse sem oposição, a utilização para sua moradia ou de sua família e que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

c) Em eventual falecimento do casal, os herdeiros não têm legitimidade na propositura da ação de usucapião, visto que o Código Civil impede o acréscimo da posse a dos seus antecessores, ainda que sejam contínuas e pacíficas.

d) O sistema jurídico brasileiro inibe que um casal casado por regime da comunhão adquira um bem por usucapião, mesmo para fins de moradia, pois nesse regime devem ser partilhados apenas os bens adquiridos a título oneroso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de usucapião.

A alternativa A está incorreta. A usucapião é considerada uma forma de aquisição originária da propriedade, e não derivada. Por tanto, a nova propriedade é adquirida como se o imóvel não tivesse sido previamente propriedade de alguém. Nessa perspectiva, ônus como hipotecas que existiam antes não são transferidos para o novo proprietário.

A alternativa B está correta. Fabiano e Vitória, poderá adquirir o domínio do imóvel por usucapião especial urbana, nos termos do Código Civil: " Art. 1.240. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição,

utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural".

A alternativa C está incorreta, já que a posse se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor, nos termos do Código Civil: "Art. 1.206. A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres".

A alternativa D está incorreta, pois não há proibição na lei de que um casal casado pelo regime da comunhão adquira um bem por usucapião.

QUESTÃO 42. Mário conduzia imprudentemente seu veículo quando perdeu o controle do automóvel e colidiu contra uma banca de jornais situada na calçada. João, que estava parado ao lado da banca, foi atingido e faleceu na hora do acidente. Mário permaneceu internado por cerca de dois meses antes de também falecer em decorrência dos ferimentos sofridos.

Sobre as implicações do caso acima, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Eventuais herdeiros de João terão o prazo decadencial de quatro anos para pleitear indenização em face do espólio de Mário.

b) A prescrição iniciada em face de Mário continua a correr contra seu sucessor.

c) O prazo prescricional, diante da inexistência de previsão legal específica, é de dez anos.

d) A prescrição intercorrente, se ajuizada ação indenizatória pelos eventuais herdeiros de João, não observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, possuindo prazo fixo de cinco anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de prescrição e decadência.

A alternativa A está incorreta, já que o prazo prescricional para a reparação civil é de 3 anos, nos termos do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 3 Em três anos: V - a pretensão de reparação civil;"

A alternativa B está correta, pois a prescrição iniciada em face de Mário continua a correr contra seu sucessor, nos termos do Código Civil: "Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor".

A alternativa C está incorreta, já que o prazo prescricional para a reparação civil é de 3 anos, nos termos do Código Civil: "Art. 206. Prescreve: § 3 Em três anos: V - a pretensão de reparação civil;"

A alternativa D está incorreta, já que a prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, nos termos do Código Civil: "Art. 206-A. A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção

da prescrição previstas neste Código e observado o disposto no art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)".

QUESTÃO 43. Carlos e Mário possuem união estável homoafetiva há mais de 15 anos. Ambos trabalham como médicos em prestigiado hospital e contam com vida estável e harmônica. O casal, em comum acordo, deseja adotar uma criança, e lhe fornecer todos os direitos que uma pessoa deve ter, tais como educação, saúde e lazer. Para concretizar esse sonho, Carlos e Mário procuram você, como advogado(a), para que lhes preste a assessoria jurídica adequada envolvendo o processo de adoção.

Diante desse contexto, assinale a afirmativa correta.

a) Carlos e Mário não poderão realizar a adoção conjunta, sendo- lhes assegurado, entretanto, que adotem individualmente.

b) Carlos e Mário podem adotar. Entretanto, não terão preferência na lista de adotantes, pois um casal com relacionamento heteroafetivo terá prioridade.

c) Carlos e Mário podem adotar, mas precisam definir previamente sobre a guarda da criança e eventual regime de visitas para a hipótese eventual de término da união.

d) Carlos e Mário podem realizar a adoção conjunta, pois, de acordo com o ECA, é indispensável que sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de adoção.

A alternativa A está incorreta, já que a adoção conjunta é permitida para casais em união estável, inclusive homoafetiva.

A alternativa B está incorreta, pois não há distinção na lei entre casais heteroafetivos e homoafetivos para fins de preferência na lista de adotantes.

A alternativa C está incorreta, pois não há exigência legal de definição prévia sobre guarda e visitas para hipótese de eventual término da união.

A alternativa D está correta. Veja que o artigo 42, §2º, do ECA estabelece claramente que para adoção conjunta é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. Art. 42, §2º, do ECA: "Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família." O STF, nos julgamentos da ADI 4.277 e da ADPF 132, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, equiparando-a à união estável. Portanto, Carlos e Mário podem realizar a adoção conjunta.

QUESTÃO 44. Herminda, de 50 anos, é tia materna de Júlia, de 16 anos. Após verificar que Júlia teve notas baixas no colégio, Herminda decidiu ir à porta da escola e, com o intuito de correção, ridicularizou e humilhou a adolescente na frente de seus colegas, dizendo que Julia era desleixada, que nunca conseguiria acesso à universidade, sendo uma vergonha para a família.

Os pais de Júlia tomaram conhecimento do fato e ficaram revoltados. Decidiram, então, procurar você, como advogado(a), para que indicasse a orientação jurídica adequada para sancionar o ato praticado por Herminda.

Nesse caso, de acordo com o ECA, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) Herminda pode ser encaminhada a cursos ou programas de orientação, sendo que a aplicação dessa medida só pode ser feita pela autoridade judiciária.

b) Herminda, em virtude de tal ato, pode receber sanções, como a advertência, a ser aplicada pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

c) Herminda pode sofrer sanções, entre elas, a advertência. Para a aplicação da medida, é preciso representação do Ministério Público e decisão da autoridade judiciária.

d) Herminda não tinha o direito de humilhar e ridicularizar Júlia, mesmo para fins corretivos, o que caberia aos pais por serem detentores do poder familiar, mas o ECA não prevê qualquer possibilidade de sanção à tia materna.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, já que as medidas podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar, não apenas pela autoridade judiciária.

A alternativa B está correta, porque o artigo 18-B, parágrafo único, do ECA estabelece que as medidas previstas no artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. O artigo 18-A do ECA protege a criança e o adolescente contra tratamento cruel ou degradante, que inclui condutas que humilhem ou ridicularizem (art. 18-A, parágrafo único, II, "a" e "c"). Além disso, o artigo 18-B expressamente menciona "os integrantes da família ampliada" como sujeitos às medidas previstas, o que inclui a tia Herminda. Veja literalidade da lei: Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada. Art. 18-B, § único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

A alternativa C está incorreta, pois não há previsão legal nesse sentido, por tanto, não é necessária representação do Ministério Público para aplicação de advertência pelo Conselho Tutelar. Veja literalidade do ECA: "Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel

ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: V - advertência".

A alternativa D está incorreta, pois o ECA prevê sanções para integrantes da família ampliada que pratiquem tratamento cruel ou degradante, nos termos do caput do art. 18 do ECA, acima transcrito.

QUESTÃO 45. Ângela Silva, com o propósito de celebrar os seus 20 anos de formada, adquiriu um pacote de viagens, na loja virtual de uma conhecida sociedade empresária de turismo. Ocorre que, seis dias após a aquisição, foi surpreendida por seus filhos com um pacote de viagens semelhante. Em razão disso, contactou, imediatamente, a sociedade empresária, por meio dos canais de comunicação disponibilizados no sítio eletrônico, informando a sua desistência pela aquisição do serviço, pleiteando, portanto, o cancelamento da contratação.

Após quatro dias da efetiva comunicação, Ângela recebeu resposta da agência de turismo, informando que o cancelamento era possível, porém seria cobrada uma taxa de 10% do valor total do pacote, pois, conforme a política da sociedade empresária, a desistência gratuita deve ser informada em até cinco dias da contratação.

Diante do fato, você, consultado(a) como advogado(a), ofereceu, corretamente, a seguinte orientação.

- a) A sociedade empresária não pode reter o percentual informado, pois Ângela tem justo e legítimo motivo para o cancelamento.**
- b) A sociedade empresária pode reter o percentual informado, desde que comprove que teve custos operacionais com o serviço cancelado.**
- c) A sociedade empresária pode reter o percentual informado, pois Ângela não exerceu o seu direito de arrependimento no prazo assegurado pelo CDC.**
- d) A sociedade empresária não pode reter o percentual informado, pois Ângela desistiu da aquisição do serviço e informou dentro do prazo estabelecido pelo CDC.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do direito de arrependimento do consumidor.

O presente caso envolve Ângela Silva, que, ao celebrar um contrato de compra de um pacote de viagens em uma loja virtual, manifestou sua intenção de desistir da aquisição após ser surpreendida por um presente semelhante de seus filhos. Ao contatar a sociedade empresária de turismo, Ângela foi informada de que o cancelamento seria possível, mas que uma taxa de 10% do valor total do pacote seria retida, em razão de sua política interna. Essa situação suscita a análise do artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que garante o direito de arrependimento ao consumidor que compra ou contrata um serviço fora do estabelecimento comercial, como online ou por telefone. Portanto, é assegurado ao consumidor o direito de desistir da compra no prazo de sete dias, contados a partir da

assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço, sem a necessidade de justificar sua decisão e sem penalidades, inclusive com direito a restituição dos valores pagos, devidamente atualizados. O direito de arrependimento é uma ferramenta essencial para garantir que o consumidor possa reconsiderar suas decisões de compra, garantindo um princípio fundamental do CDC.

A alternativa A está incorreta. Embora Ângela tenha um motivo legítimo para o cancelamento, o artigo 49 do CDC estabelece que o consumidor tem o direito de desistir da compra no prazo de sete dias, contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço.

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 49 do CDC, se a desistência ocorrer dentro do prazo legal, o consumidor não deve arcar com qualquer penalidade. O direito de arrependimento é garantido sem custos adicionais, visando proteger o consumidor de decisões precipitadas.

A alternativa C está incorreta. Embora Ângela não tenha exercido o direito de arrependimento dentro do prazo de cinco dias mencionado pela empresa, o CDC estabelece um prazo de sete dias para o exercício desse direito. A comunicação de desistência foi feita dentro do prazo legal, e a empresa não pode alegar que a consumidora não exerceu seu direito, pois a notificação foi realizada de forma adequada e tempestiva.

A alternativa D está correta. De acordo com o artigo 49 do CDC, Ângela comunicou sua desistência dentro do prazo de sete dias, o que lhe confere o direito de cancelar a contratação sem qualquer penalidade. A legislação é clara ao assegurar que, em caso de desistência dentro desse prazo, o consumidor não deve ser penalizado, e a sociedade empresária deve proceder com o cancelamento sem a retenção do percentual informado.

QUESTÃO 46. A sociedade empresária Fábrica de Alimentos Épsilon Ltda. alterou a embalagem de seu principal biscoito, destinado ao público infantil. O produto foi comercializado com redução de peso sem a devida ostensividade da informação no rótulo do produto, sem diminuição proporcional no preço e inexistência de indicação acerca da quantidade de açúcar e de lactose. Uma associação de defesa do consumidor procurou você, como advogada(o), a respeito da conduta da sociedade empresária.

A respeito do dever de informação previsto no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a) A informação acerca da redução quantitativa e dos ingredientes deve estar visível, sendo disponibilizada em mensagem clara e precisa.

b) A falta e a deficiência material ou formal de informação só violam as normas de proteção do consumidor quando causam danos materiais ao consumidor.

c) As informações a respeito da quantidade, da composição e do preço dos produtos podem constar em língua portuguesa ou estrangeira, desde que seja de fácil compreensão do consumidor.

d) Caso o produto tenha na embalagem menção ao site da empresa, as informações a respeito da pesagem e dos ingredientes não precisam constar na embalagem, desde que estejam no endereço eletrônico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre o direito de informação previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

No presente caso, a sociedade empresária Fábrica de Alimentos Épsilon Ltda. alterou a embalagem de seu principal biscoito destinado ao público infantil, reduzindo o peso do produto sem a devida informação ostensiva no rótulo. Além disso, não houve diminuição proporcional no preço e a embalagem não indicava a quantidade de açúcar e lactose. Essa situação levanta questões sobre o dever de informação previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC), especialmente nos artigos 6º, inciso III, que assegura o direito à informação adequada e clara, e 31, que exige que as informações essenciais estejam claramente dispostas na embalagem. A análise das alternativas apresentadas a seguir considera esses dispositivos legais, que visam proteger o consumidor de práticas enganosas e garantir a transparência nas relações de consumo.

A alternativa A está correta. Os artigos 6º, inciso III e 31 do CDC estabelece que é direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade. Portanto, a redução quantitativa do biscoito e a composição, incluindo ingredientes como açúcar e lactose, devem ser apresentadas de forma visível e compreensível ao consumidor, garantindo que este possa tomar decisões informadas. Veja literalidade da lei: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores".

A alternativa B está incorreta. A falta ou deficiência de informação, seja material ou formal, pode violar as normas de proteção ao consumidor, mesmo sem causar danos materiais diretos, nos termos do art. 31 do CDC, as informações sobre o produto devem ser claras e precisas.

A alternativa C está incorreta. O artigo 31 do CDC exige que as informações essenciais sobre a pesagem e os ingredientes estejam claramente dispostas na embalagem. A apresentação dessas informações deve ser feita de forma clara e ostensiva, e não é suficiente que estejam disponíveis apenas em um site, pois o consumidor deve ter acesso imediato a esses dados.

A alternativa D está incorreta. Assim como na alternativa anterior, o artigo 31 do CDC estabelece que as informações sobre a composição e a pesagem do produto devem estar visíveis na embalagem. A menção ao site da empresa não exime a obrigação de fornecer essas informações diretamente no rótulo, garantindo que o consumidor tenha acesso imediato e claro a dados relevantes para sua decisão de compra.

QUESTÃO 47. Itarana Avícola e Abatedouro S.A. celebrou contrato de alienação fiduciária de veículos automotores com o Banco Alegre S.A. O valor financiado deveria ser pago em 60 (sessenta) prestações mensais, mas, após o vencimento da 14ª (décima quarta) prestação, a fiduciante cessou o pagamento. Sobre a hipótese, assinale a opção que indica a providência assegurada por lei ao fiduciário.

a) Vender os bens alienados a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, após a comprovação prévia da mora do fiduciante, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato.

b) Requerer, independentemente de comprovação da mora, contra o fiduciante, a busca e apreensão dos bens alienados fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.

c) Ajuizar ação de execução para a entrega de coisa certa, pleiteando nos mesmos autos a busca e apreensão, que será deferida liminarmente, salvo na hipótese de ter sido requerida recuperação judicial pelo fiduciante.

d) Promover, alternativamente ao pedido de busca e apreensão dos bens, independentemente de comprovação da mora, a consolidação da propriedade perante o competente cartório de registro de títulos e documentos, desde que haja previsão expressa no contrato em cláusula em destaque.

Comentário

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, porque reproduz o texto do art. 2º *caput*, do Decreto-Lei 911/1969: “No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas”.

A alternativa B está incorreta, porque é pressuposto da busca e apreensão a comprovação da mora, a teor do previsto no art. 3º, *caput*, do Decreto-Lei 911/1969: “O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.”.

A alternativa C está incorreta, porque o pedido de recuperação judicial não impede a busca e apreensão do bem, na forma do art. 6º-A, do Decreto-Lei 911/1969: “O pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelo devedor nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, não impede a distribuição e a busca e apreensão do bem.”.

A alternativa D está incorreta, porque a consolidação da propriedade tem como pressuposto a comprovação da mora, conforme art. 8º-B, *caput*, do Decreto-Lei 911/1969: “Desde que haja previsão

expressa no contrato em cláusula em destaque e após comprovação da mora na forma do § 2º do art. 2º deste Decreto-Lei, é facultado ao credor promover a consolidação da propriedade perante o competente cartório de registro de títulos e documentos no lugar do procedimento judicial a que se referem os arts. 3º, 4º, 5º e 6º deste Decreto-Lei.”.

QUESTÃO 48. Bento de Abreu e Bernardino de Campos são os únicos sócios e fundadores da sociedade empresária Abreu & Campos Ltda. Os sócios deliberaram a transformação da sociedade de limitada para companhia e lhe pediram orientação sobre o nome empresarial. Considerando algumas das regras para a formação do nome empresarial do tipo que a sociedade adotará, assinale a afirmativa correta.

a) A companhia adotará denominação, na qual poderá constar o(s) nome(s) do(s) fundador(es), sendo facultada a designação do objeto social.

b) A companhia adotará firma, sendo formada por nome de fantasia a partir da escolha dos sócios, seguido obrigatoriamente pela designação do objeto social.

c) A companhia adotará denominação, formada apenas pelo nome dos sócios, seguida facultativamente pela expressão Sociedade Anônima ou Companhia, indicadas unicamente ao final.

d) A companhia poderá adotar firma ou denominação, devendo ser mantido o nome antigo Abreu & Campos, substituindo-se o aditivo Ltda. pelo aditivo Companhia ou Cia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, porque reproduz o texto do art. 1.160, do CC: “A sociedade anônima opera sob denominação integrada pelas expressões ‘sociedade anônima’ ou ‘companhia’, por extenso ou abreviadamente, facultada a designação do objeto social. Parágrafo único. Pode constar da denominação o nome do fundador, acionista, ou pessoa que haja concorrido para o bom êxito da formação da empresa.”.

A alternativa B está incorreta, porque, conforme o art. 1.160, do CC, a sociedade anônima não adotará firma, mas denominação.

A alternativa C está incorreta, porque, conforme o art. 1.160, do CC, a denominação da Companhia pode se dar pelo nome do fundador, acionista ou pessoa que haja concorrido para o bom êxito da formação da empresa, não sendo o caso do uso do nome de sócios, além de ser obrigatório o uso da expressão “sociedade anônima” ou “companhia”.

A alternativa D está incorreta, porque, conforme art. 1.160, do CC, o nome da sociedade anônima não pode ser composto por firma, podendo ser alterado o nome original para o nome de seu fundador, acionista ou benfeitor ou pelo objeto social.

QUESTÃO 49. Lucélia, Marília e Natividade constituíram uma sociedade empresária sem levar o documento escrito de constituição a qualquer registro. Ficou estabelecido verbalmente entre as sócias que os atos sociais seriam praticados por Marília, no interesse comum. Inadimplida uma obrigação social, o credor, ciente da existência da sociedade, demandou a sociedade e todas as sócias, responsabilizando-as solidariamente e sem benefício de ordem pela obrigação assumida por Marília. Considerados tais fatos, assinale a afirmativa correta.

a) O credor não poderia demandar a sociedade em razão da ausência de personalidade jurídica, sendo, contudo, possível exigir de todas as sócias, solidariamente e sem benefício de ordem, a obrigação assumida por Marília.

b) O credor agiu corretamente ao demandar a sociedade, ainda que diante da ausência de personalidade jurídica; contudo, mesmo havendo solidariedade entre as sócias, Lucélia e Natividade possuem benefício de ordem.

c) O credor está autorizado a demandar a sociedade, diante da ausência de personalidade jurídica, como também poderá responsabilizar as sócias Lucélia e Natividade, solidariamente e sem benefício de ordem, pela obrigação assumida por Marília.

d) O credor está totalmente equivocado, pois a sociedade não poderia ser demandada, em razão da ausência de personalidade jurídica, e deve ser respeitado o benefício de ordem das sócias Lucélia e Natividade, que não contrataram pela sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, porque apenas Marília não tem o benefício de ordem, por ter contratado em nome da sociedade, podendo o benefício legal ser utilizado pelas demais sócias, conforme o previsto no art. 990, do CC: “Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.”. Assim, as demais estão incorretas, já retiram o benefício de ordem das sócias Lucélia e Natividade. Por fim, está incorreta a letra D, porque a sociedade em comum pode ser demandada, tendo capacidade processual, devendo, neste caso, ser representada em juízo por Marília, a quem compete a administração de seus bens, conforme art. 75, IX, do CPC: “Serão representados em juízo, ativa e passivamente: [...] IX - a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens; [...]”.

QUESTÃO 50. Uma sociedade simples que adotou um dos tipos societários previstos no Código Civil, com sede em Guarapari/ES, foi constituída por prazo determinado, até 31 de dezembro de 2023. Sobre a situação da sociedade empresária a partir de 1º de janeiro de 2024, assinale a afirmativa correta.

a) Ela continuará em atividade normalmente até que algum sócio ou credor requeira sua dissolução judicial nos 30 (trinta) dias seguintes após o término do prazo de duração.

b) Os administradores devem providenciar imediatamente a investidura do liquidante, mantendo os negócios sociais por até 180 dias (cento e oitenta dias); findo esse prazo, a continuidade da atividade implica na responsabilidade ilimitada e solidária deles.

c) A dissolução judicial da sociedade pode ser requerida por qualquer sócio, devido ao esaurimento do fim social, cabendo ao Juiz a nomeação do liquidante.

d) A sociedade reputa-se dissolvida em razão do vencimento do prazo de duração, salvo se, sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, porque reproduz o texto do art. 1.033, I, do CC: “Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado; [...]”. Assim, as demais estão incorretas, porque, não dissolvida a sociedade, esta prorroga-se, automaticamente, por prazo indeterminado, não havendo transmutação do regime de sociedade dos sócios, já que não se trata de sociedade irregular. Já, quanto ao liquidante, este será o definido no contrato social ou, na sua falta, por deliberação dos sócios, conforme o *caput*, do art. 1.038, do CC: “Se não estiver designado no contrato social, o liquidante será eleito por deliberação dos sócios, podendo a escolha recair em pessoa estranha à sociedade.”.

QUESTÃO 51. Henrique propôs ação condenatória de alimentos em face de Juliano, seu pai. A sentença julgou procedente o pedido, condenando o réu ao pagamento de R\$ 5.000 (cinco mil reais) por mês. Inconformado, Juliano interpôs recurso de apelação, buscando a reforma da sentença.

Após a intimação para apresentação de contrarrazões, você, como advogado(a) contratado por Henrique, deseja requerer o cumprimento provisório da sentença, com o intuito de, desde logo, receber os alimentos vincendos.

Nessa hipótese, assinale a afirmativa correta.

a) Você poderá requerer o cumprimento provisório de sentença, com dispensa de caução para a execução da decisão.

b) Eventual reforma parcial da sentença, em razão do recurso de apelação, levará à perda da eficácia total do cumprimento, em razão só da provisoriedade.

c) Não incidirão multa e honorários no cumprimento provisório de sentença, pois o executado, em razão da pendência do recurso, não é obrigado a cumprir a decisão até o seu trânsito em julgado.

d) Indicado o cumprimento provisório da sentença, caso Juliano deposite o valor executado para se exonerar da multa, tal depósito não implicará em desistência do recurso de apelação nem acarretará a preclusão lógica do direito de recorrer.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do cumprimento provisório de sentença que reconhece obrigação de pagar alimentos (art. 520, II, do CPC).

A alternativa A está correta. No cumprimento provisório de sentença que reconhece obrigação de prestar alimentos, a caução é dispensada (Art. 521. A caução prevista no inciso IV do art. 520 poderá ser dispensada nos casos em que: I - o crédito for de natureza alimentar, independentemente de sua origem;)

A alternativa B está incorreta. O cumprimento provisório se baseia no efeito devolutivo do recurso (Art. 520. O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo...)

A alternativa C está incorreta. Multa e honorários são devidos no cumprimento provisório, mesmo com recurso pendente. (Art. 520, §1º:§1º. A multa e os honorários a que se refere o art. 523, §2º A multa e os honorários a que se refere o § 1º do art. 523 são devidos no cumprimento provisório de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa.)

A alternativa D está incorreta. O depósito voluntário não implica desistência do recurso nem preclusão lógica. (Art. 520, § 3º Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.)

QUESTÃO 52. Anacleto ajuizou ação de indenização contra a sociedade empresária de telefonia Alô, tendo sido proferida sentença de procedência do pedido, com a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, mas sem especificação dos valores.

A sociedade Alô interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento, mas Anacleto desejou logo obter a definição do montante correspondente aos danos sofridos.

Acerca da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) A liquidação da sentença antes do trânsito em julgado só é cabível caso o autor ofereça caução.

b) É possível a liquidação de sentença mesmo antes do trânsito em julgado, independentemente dos efeitos em que foi recebido o recurso de apelação.

c) Anacleto poderá promover a liquidação de sentença antes do trânsito em julgado, caso a decisão tenha sido recebida unicamente no efeito devolutivo.

d) Anacleto não poderá promover a liquidação de sentença antes do trânsito em julgado, uma vez que a decisão ainda pode ser modificada quando do julgamento de recurso de apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da liquidação de sentença antes do trânsito em julgado (art. 512 e art. 509, §2º, do CPC).

A alternativa A está incorreta. Não se exige caução para promover a liquidação de sentença antes do trânsito em julgado (Art. 512. A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.)

A alternativa B está correta. A liquidação pode ocorrer mesmo antes do trânsito em julgado se o recurso foi recebido apenas no efeito devolutivo (Art. 512. A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.)

A alternativa C está incorreta. A liquidação antes do trânsito é possível somente se o recurso não tiver efeito suspensivo (Art. 512. A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.)

A alternativa D está incorreta. A possibilidade de liquidação antes do trânsito depende dos efeitos do recurso (Art. 512. A liquidação poderá ser realizada na pendência de recurso, processando-se em autos apartados no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.)

QUESTÃO 53. João e Marina celebraram contrato de arrendamento com previsão de cláusula compromissória arbitral, na qual estipularam que qualquer disputa de natureza patrimonial decorrente do contrato seria submetida à arbitragem.

Após desentendimentos acerca do cumprimento de uma das obrigações previstas no contrato, Marina resolveu ajuizar ação judicial contra João, na qual busca indenização pelos prejuízos que alega ter sofrido.

Uma vez citado, João não apresentou contestação.

Durante a fase instrutória, ao examinar o contrato celebrado entre as partes, o Magistrado do caso visualizou a existência de cláusula compromissória celebrada entre as partes.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Caso João instaure procedimento arbitral contra Marina no bojo da ação judicial ajuizada por ela, ambos terão seu caso julgado exclusivamente pelo Tribunal Arbitral.

b) As partes terão seu caso julgado pelo juízo estatal, tendo em vista que João não alegou convenção de arbitragem como preliminar de contestação, circunstância que gera renúncia à jurisdição arbitral.

c) João deve arguir a existência da cláusula compromissória quando da contestação, sob pena de perder a faculdade de se beneficiar da arbitragem.

d) João não precisa se manifestar nos autos acerca da existência de cláusula compromissória no contrato, pois cabe ao Magistrado conhecer de ofício da convenção de arbitragem e extinguir a ação sem resolução do mérito, uma vez que não tem competência para julgar o caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da convenção de arbitragem e da sua arguição (art. 8º da Lei de Arbitragem).

A alternativa A está incorreta. O simples início do procedimento arbitral não retira automaticamente a jurisdição estatal sobre o processo já instaurado. (Art. 337, inciso X: "Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...]X – convenção de arbitragem.")

A alternativa B está correta. O réu deve alegar a existência da cláusula compromissória na contestação, sob pena de preclusão. (Art. 337, inciso X: "Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...]X – convenção de arbitragem.")

A alternativa C está incorreta. A convenção de arbitragem deve ser alegada pelo réu e não pode ser conhecida de ofício pelo juiz. (Art. 337, §6º: A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, na forma prevista neste artigo, implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.)

A alternativa D está incorreta. A omissão da parte quanto à cláusula compromissória enseja a continuidade do processo judicial. (Art. 337, §6º: A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, na forma prevista neste artigo, implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.)

QUESTÃO 54. Rodrigo e Thaís, após o início do namoro, assistiam a um show em uma arena lotada, com cerca de mil pessoas, promovido pela Alegria Produções Artísticas. Em um determinado momento, eles perceberam que o teto montado especialmente para o evento estava desabando e, em consequência, duas mil pessoas ficaram feridas, entre elas, Rodrigo e Thaís.

Após a negativa da Alegria Produções Artísticas em reparar os danos causados, Rodrigo e Thaís convenceram todas as pessoas feridas no show a propor ação, em conjunto, em face da produtora.

Sobre o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

a) Duas ou mais pessoas não podem litigar no mesmo processo, haja vista que a ação judicial deverá ser proposta de forma individualizada.

b) Duas ou mais pessoas podem litigar no mesmo processo, em conjunto, mas apenas no polo ativo, ficando vedado o litisconsórcio passivo.

c) O Juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento de sentença.

d) O Juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo, por ausência de previsão legal, sendo direito de todos os envolvidos no acidente propor a ação em conjunto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da limitação do litisconsórcio facultativo (art. 113, §1º, do CPC).

A alternativa A está incorreta. O litisconsórcio é permitido tanto no polo ativo quanto no polo passivo, se houver conexão entre as causas (Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente:)

A alternativa B está incorreta. O litisconsórcio pode ocorrer em qualquer dos polos processuais, inclusive passivo. (Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente:)

A alternativa C está correta. O juiz poderá limitar o número de litigantes no litisconsórcio para garantir a rápida solução do processo ou facilitar a defesa (Art. 113. § 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.)

A alternativa D está incorreta. A limitação do litisconsórcio está expressamente prevista no CPC (Art. 113. § 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença).

QUESTÃO 55. Você, como advogado(a), foi procurado(a) por Joana e por Regina, cada uma pretendendo propor ação reparatória perante os Juizados Especiais Cíveis. Joana deseja ajuizar ação para cobrar o equivalente a 100 salários mínimos, ao passo que Regina pretende cobrar o correspondente a 30 salários mínimos.

Sobre as ações pretendidas por Joana e Regina, assinale a afirmativa correta.

a) Regina poderá propor ação sozinha, pois nas causas de até 30 salários mínimos não é obrigatória a assistência de advogado.

b) Como a matéria imposta Joana poderá ingressar no Juizado Especial Cível, pois este não tem competência para processar causas cujo valor exceda 40 salários mínimos, independentemente da matéria.

c) Para o deferimento da gratuidade de justiça, Joana e Regina deverão comprovar que têm renda inferior a 10 salários mínimos.

d) Se as peças propostas por Joana e Regina forem recebidas e instruídas no mesmo procedimento e a audiência de instrução e julgamento, restar-se-ão verdadeiros os fatos alegados por elas, independentemente da sua veracidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das ações nos Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/95).

A alternativa A está incorreta. Nas causas até 20 salários-mínimos é que não é obrigatória a presença de advogado (Lei nº 9.099/95 – Art. 9º: Nas causas de valor até vinte vezes o salário mínimo, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado.)

A alternativa B está incorreta. O valor da causa de Joana excede o limite de 40 salários-mínimos para o Juizado Especial. (Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;).

A alternativa C está incorreta. A gratuidade de justiça depende da comprovação de insuficiência de recursos, e não de renda fixa de 10 salários-mínimos. (Art. 98 do CPC: A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei."

A alternativa D está correta. No Juizado Especial, a ausência de contestação implica presunção de veracidade dos fatos alegados. (Lei nº 9.099/95 – Art. 20: Não comparecendo o demandado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.)

QUESTÃO 56. Maria ajuizou ação em face da União, com pedido de condenação desta à entrega de remédios, por ser portadora de grave doença cardíaca.

Após regular processamento, o Juízo da Vara Federal competente proferiu sentença de procedência condenando a União à entrega do medicamento solicitado. A Fazenda Pública foi vencida e, na hipótese, foi aplicado pelo juízo o instituto da remessa necessária, com o envio do processo ao Tribunal Regional Federal, embora a União não tenha apelado da sentença.

Acerca da remessa necessária, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) Aplica-se a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em entendimento firmado em incidente de assunção de competência.

b) Aplica-se a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a mil salários mínimos para a União.

c) Não se aplicará a remessa necessária aos casos de competência de Juizados Especiais da Fazenda Pública, mas pode ser aplicada às sentenças de ações ajuizadas em Varas Federais.

d) Como a União não interpôs o recurso de apelação no prazo legal, o Juiz não poderá ordenar a remessa do processo para reexame necessário no Tribunal, independentemente do valor dos remédios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da remessa necessária (art. 496, §3º, do CPC).

A alternativa A está incorreta. A sentença fundada em entendimento firmado em incidente de assunção de competência não exige remessa necessária (Código de Processo Civil – Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:[...] §4º Não se aplica o disposto no caput aos casos de I - súmula de tribunal superior; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.)

A alternativa B está incorreta. A condenação inferior a mil salários-mínimos para a União dispensa a remessa necessária. (Código de Processo Civil – Art. 496, §3º, inciso I: §3º Não se aplica o disposto no caput: I – quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for inferior a: a) 1.000 (mil) salários-mínimos para a União.)

A alternativa C está correta. Não se aplica a remessa necessária nas sentenças de Juizado Especial da Fazenda Pública, mas se aplica nas Varas Federais comuns. (LEI No 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001. Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.)

A alternativa D está incorreta. Mesmo sem apelação da União, se presentes os requisitos legais, o juiz pode determinar a remessa necessária.

QUESTÃO 57. Ateneu e Moisés combinaram a prática conjunta de um crime de furto. Moisés, exímio motorista, aguardou na rua com o carro já ligado e Ateneu, especialista em abertura de cofres, ingressou na residência de um famoso jogador de futebol que atuava no exterior.

Ambos pensavam que a casa estava vazia, mas ao ingressar no imóvel, Ateneu se deparou com Izabel, empregada doméstica que trabalhava no local, tendo, então, sacado a arma de fogo que portava, sem a ciência de Moisés, e matado Izabel com um tiro na testa. Ateneu levou consigo joias e dinheiro. Ao tomar ciência da morte de Izabel, Moisés não quis ficar com nada.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) Moisés não praticou fato criminalmente punível.**
- b) Ambos praticaram, em coautoria, os delitos de homicídio e roubo.**
- c) Ateneu praticou o delito de furto qualificado pelo resultado morte.**
- d) Moisés deve ser responsabilizado mediante aplicação da pena relativa ao crime de furto.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Moisés praticou fato punível sim: o crime de furto.

A alternativa B está incorreta. Não houve coautoria no homicídio, pois Moisés não tinha ciência da arma nem intenção homicida.

A alternativa C está incorreta. Furto qualificado pelo resultado morte não se aplica, pois, no caso, houve dolo direto no homicídio (tiro na testa), caracterizando latrocínio para Ateneu.

A alternativa D está correta. Ateneu e Moisés planejaram e executaram em conjunto um furto. Moisés participou ativamente, sendo o motorista de fuga, e, portanto, coautor do crime de furto. No entanto, Ateneu portava uma arma sem o conhecimento de Moisés e matou Izabel, qualificando o crime em relação ao autor do homicídio. A morte de Izabel foi um fato não previsto nem querido por Moisés, sendo um excesso de execução, nos termos do art. 23, §1º do Código Penal, que não pode ser imputado ao comparsa que não sabia nem participou dessa parte do crime.

QUESTÃO 58. Após ter seu pedido de aumento salarial negado, Sara, empregada doméstica, adicionou, com intenção de matar, veneno na feijoada que preparou para Raquel sua patroa.

Raquel sentiu-se mal, sendo socorrida por terceiros e levada ao hospital, onde contraiu uma infecção. Ela veio a falecer dois meses após ser internada, pois a infecção fora agravada pela ingestão de veneno.

Sobre tal situação hipotética, assinale a opção que indica, corretamente, o delito praticado por Sara.

- a) Homicídio doloso tentado.**
- b) Homicídio culposo tentado!**
- c) Homicídio doloso consumado.**
- d) Lesão corporal seguida de morte.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não é tentativa, pois a morte ocorreu.

A alternativa B está incorreta. Não foi culposo, pois houve intenção de matar.

A alternativa C está correta. Sara agiu com dolo direto de matar, ao colocar veneno na comida da vítima. Ainda que a morte tenha ocorrido por uma infecção hospitalar, essa infecção foi decorrente do envenenamento inicial, sendo concausa relativamente independente, mas não suficiente por si só para romper o nexo causal (art. 13 do Código Penal). A jurisprudência e a doutrina consideram que, havendo dolo no início e a morte ocorrendo em decorrência do ato inicial, mesmo que mediada por fatores como erro médico, infecção etc., há consumação do homicídio doloso. A intenção de matar e o resultado morte se consumaram, preenchendo os requisitos do tipo penal do homicídio doloso consumado (art. 121, caput, do CP).

A alternativa D está incorreta. Não foi lesão corporal, e sim tentativa de homicídio com resultado morte, que configura homicídio.

QUESTÃO 59. Um grupo realizava uma manifestação social pacífica contra o aumento da tarifa de ônibus. A atividade era acompanhada por grande contingente de policiais militares- Rodrigo, um dos manifestantes, de forma exaltada, arremessou uma pedra em uma viatura da Polícia Militar estacionada na localidade, quebrando dolosamente o vidro do para-brisa dianteiro.

A partir das informações acima trazidas, assinale a opção que indica o crime cometido por Rodrigo.

a) Terrorismo.

b) Dano simples.

c) Dano qualificado.

d) Ilícito civil, pois a conduta descrita não configura crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A conduta não caracteriza terrorismo (Lei 13.260/2016), pois não houve motivação ideológica extremista ou intenção de causar terror.

A alternativa B está incorreta. O dano não é simples, pois foi cometido contra bem público.

A alternativa C está correta. Rodrigo arremessou dolosamente uma pedra contra uma viatura da Polícia Militar, causando a quebra do para-brisa. A conduta configura o crime de dano (art. 163 do Código Penal). No entanto, trata-se de dano qualificado, nos termos do art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP, pois o bem danificado é de uso da Administração Pública (viatura policial). Código Penal: "Art. 163. Dano simples: Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia. Pena: detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa. Dano qualificado: Se o crime é cometido: III – contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista. Pena: reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, além da pena correspondente à violência".

A alternativa D está incorreta. A conduta configura crime, não apenas ilícito civil.

QUESTÃO 60. Rodrigo, brasileiro, obteve bolsa de estudos para intercâmbio de seis meses em uma universidade nos Estados Unidos. Nesse período, Rodrigo começou a namorar Mary, uma jovem estadunidense. Após uma crise de ciúmes, Rodrigo matou Mary, por estrangulamento, no apartamento em que morava na Flórida.

O feminicídio constitui infração penal nos Estados Unidos. No dia seguinte aos fatos, Rodrigo retornou ao Brasil.

Como advogado da família da vítima, esclareça a viabilidade de aplicação da Lei Penal brasileira a Rodrigo, identificando o princípio penal correspondente

- a) O princípio da bandeira ou do pavilhão admite a responsabilidade penal de Rodrigo pelo fato ocorrido no estrangeiro.**
- b) O princípio da personalidade passiva impede a responsabilidade penal de Rodrigo, pois a vítima era estadunidense.**
- c) O princípio da personalidade ativa enseja a hipótese de extraterritorialidade condicionada, autorizando a aplicação da Lei Penal brasileira a Rodrigo.**
- d) O princípio da defesa ou da proteção impede a aplicação da Lei brasileira a fatos ocorridos no exterior, especialmente quando o autor do fato for brasileiro nato.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O princípio da bandeira ou do pavilhão (ou da "flag" dos Estados Unidos) trata da aplicação da lei do país onde a infração ocorreu (flag state), mas não tem relação com o caso de Rodrigo, que é brasileiro, e a questão se refere à aplicação da lei penal brasileira. No caso de Rodrigo, o crime foi cometido em solo estrangeiro (nos Estados Unidos), e ele não estava em uma embarcação ou aeronave brasileira. Portanto, esse princípio não se aplica à questão, pois a responsabilidade penal de Rodrigo não se baseia na "bandeira" do Brasil, mas sim na nacionalidade do agente, ou seja, no princípio da personalidade ativa.

A alternativa B está incorreta. O princípio da personalidade passiva trata da proteção da vítima e não impede a aplicação da lei brasileira ao autor, mesmo que a vítima seja estrangeira. O critério para aplicação da lei brasileira é a nacionalidade do agressor (Rodrigo), não da vítima. A questão de Rodrigo não se refere à nacionalidade da vítima (Mary), mas sim à sua nacionalidade (Rodrigo), que é brasileira. O Código Penal Brasileiro permite que a lei brasileira seja aplicada a crimes cometidos por brasileiros no exterior, independentemente da nacionalidade da vítima, desde que o crime seja punido também no país onde ocorreu. Portanto, a nacionalidade da vítima não impede a aplicação da lei brasileira ao autor do crime.

A alternativa C está correta. O princípio da personalidade ativa (ou extraterritorialidade condicionada) prevê que a lei penal brasileira pode ser aplicada a um brasileiro que tenha cometido um crime no exterior, desde que o agente esteja no território nacional e o crime seja punido também no país onde ocorreu o fato. De acordo com Inciso I do artigo 7º do Código Penal: "A lei brasileira aplica-se ao crime cometido no estrangeiro, quando o agente for brasileiro, salvo se o fato constituir crime no país em que cometido e este, de acordo com a sua legislação, sujeitar o agente a pena privativa de liberdade ou medida de segurança." Nesse caso, Rodrigo é brasileiro, e ele cometeu o homicídio (feminicídio) nos Estados Unidos, mas ao retornar ao Brasil, a lei penal brasileira pode ser aplicada, desde que observadas algumas condições: O crime praticado no exterior deve ser punido também no país onde ocorreu (nesse caso, o feminicídio é uma infração penal nos Estados Unidos). O agente (Rodrigo) deve estar no Brasil quando for processado. O Brasil adota extraterritorialidade condicionada para crimes cometidos fora do território nacional, o que permite a aplicação da lei brasileira a brasileiros que cometem crimes no exterior, desde que haja esse vínculo com o Brasil (por exemplo, a nacionalidade do autor, a presença no território brasileiro para o processo e o crime ser também punido no país onde ocorreu).

A alternativa D está incorreta. O princípio da defesa ou proteção se aplica a crimes que afetam interesses do Brasil, como tráfico de drogas ou crimes contra a administração pública. Não é o caso de impedir a aplicação da lei brasileira em um caso de homicídio, especialmente quando o autor é brasileiro. O feminicídio cometido por Rodrigo não afeta diretamente a segurança ou os interesses do Brasil no exterior. Esse princípio da defesa se aplicaria a crimes que envolvem danos aos interesses do Estado brasileiro, como os exemplos mencionados, mas não se aplica ao homicídio de uma estrangeira, a menos que haja outros fatores relacionados ao Brasil que justifiquem a aplicação (o que não é o caso aqui).
Fonte: Livro Direito Penal Parte Geral, Páginas 51/54, Autor Damásio de Jesus.

QUESTÃO 61. Oliver, que já fora condenado por crime culposo anteriormente e que terminara de cumprir sua pena há dois anos, cometeu o crime de lesão corporal de natureza grave, previsto no Art. 129, § 1º, do CP, cuja pena cominada é de um a cinco anos de reclusão. Ele foi condenado à pena de um ano e oito meses de reclusão, tendo sua condenação sido proferida três anos após o término do cumprimento da pena pelo crime culposo anterior.

Tomando por base o delito praticado e a pena aplicada, sobre a possibilidade de Oliver ter sua pena privativa de liberdade substituída por duas penas restritivas de direitos- assinale a afirmativa correta.

- a) A reincidência só impediria a substituição se o crime anterior também fosse doloso.
- b) A reincidência em crime culposo não impede a substituição e tampouco há óbice pelo fato de o crime ser cometido com violência à pessoa.
- c) Uma vez que Oliver é reincidente, a substituição é vedada, sendo indiferente o fato de o crime anterior ser culposo ou mesmo o fato de o novo crime ter sido cometido com violência a pessoa.
- d) Apesar de a reincidência em crime culposo não obstar a substituição, o fato de o crime ter sido cometido com violência à pessoa impede a substituição pela pena restritiva de direitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A reincidência não impede a substituição quando o crime anterior for culposo, e, além disso, a reincidência não depende de o crime ser doloso ou culposo para determinar a possibilidade de substituição. O que importa é o fato de o crime ser violento. A alternativa B está incorreta. Embora a reincidência em crime culposo não impeça a substituição, a substituição não é permitida quando o crime é cometido com violência à pessoa.

A alternativa C está incorreta. A reincidência em crime culposo não impede a substituição da pena, mas a violência à pessoa no novo crime é o fator impeditivo para a substituição.

A alternativa D está correta. A questão aborda a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos em caso de reincidência e o tipo de crime cometido. Vamos analisar os elementos envolvidos: Oliver é reincidente, mas a reincidência não impede a substituição de pena quando o crime anterior é culposo (não intencional). Isso porque a reincidência em crime culposo não impede a substituição por penas restritivas de direitos, de acordo com o art. 44, § 1º, do Código Penal. No entanto, o crime de lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP) foi cometido com violência à pessoa. O Código Penal, em seu artigo 44, § 2º, impede a substituição da pena privativa de liberdade por

penas restritivas de direitos quando o crime for cometido com violência à pessoa, independentemente de a reincidência ser culposa ou dolosa.

QUESTÃO 62. João mora em Ipanema e, há dois anos, faz aula de futevôlei na praia do Leblon, três vezes por semana. João sempre realiza tal trajeto em sua bicicleta elétrica, da marca *Bike legal*, cor preta com banco de couro marrom.

No mês passado, ao final do treino, João pegou uma bicicleta elétrica idêntica à sua e voltou para casa. Dias depois, João foi intimado a comparecer à Delegacia de Polícia para prestar declarações sobre um possível crime de furto, uma vez que o circuito de câmeras permitiu identificar que João havia levado a bicicleta de uma moça de nome Fernanda.

No caso narrado, é correto afirmar que João agiu diante de

- a) erro de tipo essencial.**
- b) erro de tipo accidental.**
- c) estado de necessidade.**
- d) erro de proibição direto.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. João pegou uma bicicleta elétrica idêntica à sua sem perceber que não era a sua bicicleta. Nesse caso, ele não teve a intenção de cometer furto, mas sim de levar o objeto que ele acreditava ser seu. O erro de tipo essencial (Art. 20, §1º do CP) ocorre quando a pessoa não tem conhecimento dos elementos que configuram o tipo penal, ou seja, ele não percebe que sua conduta se encaixa na definição de crime, o que pode excluir o dolo. João não sabia que estava pegando a bicicleta de outra pessoa, ele achava que era a sua própria bicicleta. Esse tipo de erro é essencial, porque afeta a própria constituição do tipo penal. No caso, ele não sabia que estava cometendo o crime de furto, e, portanto, não houve dolo.

A alternativa B está incorreta. O erro de tipo accidental (Art. 20, §2º do CP) ocorre quando alguém comete um ato ilícito, mas não tem a intenção de atingir o resultado desejado, geralmente por erro em relação à circunstância fática do crime. No caso de João, o erro foi sobre o objeto, e não sobre o resultado de sua ação.

A alternativa C está incorreta. O estado de necessidade (Art. 24, Código Penal) é uma situação em que a pessoa comete um crime para proteger um bem maior, como a vida, e não se aplica a esse caso, onde João não estava tentando salvar nenhum bem jurídico superior.

A alternativa D está incorreta. O erro de proibição (Art. 21, Código Penal) direto ocorre quando a pessoa não sabe que sua conduta é proibida, o que não é o caso de João, pois ele não sabia que a bicicleta não era dele, mas também não sabia que o ato de pegar uma bicicleta alheia era proibido.

QUESTÃO 63. Fábio foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri e, ao final, condenado a uma pena de 15 anos de reclusão, em regime inicial fechado. Você, como advogado(a) de Fábio, interpôs tempestivo e cabível recurso.

Assinale a opção que indica o recurso correto interposto e/ou suas características.

a) O recurso cabível é de apelação e o efeito devolutivo é restrito aos fundamentos de interposição.

b) A alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos só pode ser repetida por, no máximo, três vezes.

c) O recurso cabível é o recurso em sentido estrito e tem efeito regressivo que pode ser exercido pelos próprios jurados.

d) O recurso cabível tem ampla devolutividade, podendo o Tribunal rever todos os aspectos da sentença penal condenatória, inclusive as teses atinentes à materialidade e à autoria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O recurso de apelação, quando dirigido contra decisões do Tribunal do Júri, tem o efeito devolutivo restrito aos fundamentos da sua interposição. Isso significa que o tribunal superior só pode reexaminar a decisão do júri nos pontos específicos e fundamentais que foram questionados pela parte recorrente na apelação. No entanto, a Súmula 713 do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelece que, em relação às decisões do Tribunal do Júri, o efeito devolutivo da apelação criminal é restrito aos fundamentos da sua interposição.

A alternativa B está incorreta. A alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos só pode ser repetida uma vez. Após a primeira apelação, o Tribunal do Júri não pode ser novamente levado a julgamento.

A alternativa C está incorreta. O recurso cabível contra a decisão do Tribunal do Júri é a apelação, e não um recurso em sentido estrito. Além disso, o efeito da apelação não é regressivo, mas devolutivo. O recurso em sentido estrito tem efeito suspensivo e é utilizado para questionar decisões de natureza interlocutória.

A alternativa D está incorreta. A questão não menciona qual o recurso cabível contra a decisão do Tribunal do Júri é a apelação, e ela tem efeito devolutivo, permitindo que o Tribunal reavalie todos os aspectos da decisão, incluindo a materialidade e a autoria do crime, além da pena aplicada.

QUESTÃO 64. Gabriela se dirigiu a uma agência da Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, a fim de tentar sacar benefício assistencial pago pela União a pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, munida de documentos falsos, em nome de terceira pessoa.

Gabriela foi presa em flagrante, sendo constatado que ela estava cumprindo pena em regime aberto domiciliar por condenação relativa a outro fato.

Em relação à execução penal, assinale a afirmativa que define as consequências do evento narrado.

a) A responsabilização de Gabriela depende de representação da vítima, por se tratar de delito de estelionato.

b) Ao tomar conhecimento do novo crime, o Juiz da execução pode reconhecer a falta grave e determinar a regressão de regime sem necessidade de contraditório.

c) Em razão da prática de crime, em tese, no curso da execução, Gabriela perdeu em definitivo o direito de obter livramento condicional pela condenação em execução.

d) A prática de novo crime cometido por Gabriela configura, em tese, falta disciplinar de natureza grave, autorizando, de forma fundamentada, a regressão de regime *per saltum*.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O crime de estelionato é de ação penal pública incondicionada, o que significa que a responsabilização de Gabriela não depende de representação da vítima. Portanto, o Ministério Público pode agir de ofício para processá-la, independentemente da vontade da vítima.

A alternativa B está incorreta. Quando o juiz da execução toma conhecimento de um novo crime, pode reconhecer a falta grave, mas isso não dispensa o contraditório e a ampla defesa. A regressão de regime deve ser decidida com a devida garantia de defesa ao apenado.

A alternativa C está incorreta. A prática de um novo crime não implica a perda definitiva do direito ao livramento condicional, mas pode, de fato, afetar negativamente a progressão de regime e o direito ao livramento. No entanto, Gabriela não perde automaticamente o direito ao livramento condicional, mas pode ter sua condição de elegibilidade revista pelo juiz, dependendo da análise do comportamento e da reincidência.

A alternativa D está correta. Gabriela já está cumprindo pena em regime aberto domiciliar (uma modalidade de pena menos severa) e cometeu um novo crime (falsificação de documentos para obter vantagem ilícita). Neste contexto, a prática de um novo crime durante a execução penal pode ser considerada uma falta grave, que é prevista no art. 52 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Essa falta grave é uma violação significativa das condições do cumprimento da pena e pode resultar na regressão de regime.

QUESTÃO 65. Em uma audiência, o Ministério Público indicou como testemunha a psiquiatra do réu. Após a qualificação da testemunha, você, na condição de advogado(a) do réu, deve

- a) solicitar exceção de suspeição da testemunha, em razão de sua profissão.**
- b) oferecer contradita, alegando ser a testemunha proibida de depor por ter conhecimento dos fatos em razão de sua profissão.**
- c) oferecer exceção de litispendência, já que a testemunha tem conhecimento dos fatos em razão de sua profissão.**
- d) aguardar para alegar a nulidade apenas em eventual recurso extraordinário, momento previsto na legislação como o único adequado para esse tipo de arguição.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Solicitar exceção de suspeição da testemunha, em razão de sua profissão: A exceção de suspeição (art. 254 do Código de Processo Penal) é um meio de impugnar o juiz ou as partes do processo, mas não é o meio adequado para contestar uma testemunha. Nesse caso, o instrumento correto é a contradita e não a suspeição.

A alternativa B está correta. A questão envolve a situação de uma testemunha psiquiatra que foi indicada pelo Ministério Público. Quando um advogado percebe que a testemunha tem conhecimento dos fatos do processo devido à sua profissão (no caso, a psiquiatra pode ter acessado informações confidenciais do réu em virtude da relação médico-paciente), ele pode contraditar a testemunha. O art. 206 do Código de Processo Penal trata da possibilidade de contraditar a testemunha com base no fato de que ela pode ter um impedimento ou uma causa de suspeição.

A alternativa C está incorreta. Oferecer exceção de litispendência, já que a testemunha tem conhecimento dos fatos em razão de sua profissão: A exceção de litispendência refere-se à situação em que há dois processos sobre a mesma causa, ou seja, quando a mesma ação é movida mais de uma vez. Isso não se aplica ao caso de uma testemunha que pode ter conhecimento de fatos devido à sua profissão.

A alternativa D está incorreta. Aguardar para alegar a nulidade apenas em eventual recurso extraordinário: Nulidade de ato processual deve ser arguida no momento em que o ato é praticado ou o advogado toma conhecimento dele, e não deve ser postergada para eventual recurso extraordinário. Não há razão para esperar para alegar a nulidade em um recurso posterior, sendo o mais adequado contestar a testemunha na própria audiência.

QUESTÃO 66. Bernardo agrediu Carolina, sua ex-companheira, causando-lhe lesões corporais leves, em razão de a vítima ser mulher. O delito em questão é apenado com reclusão de dois a cinco anos.

Na qualidade de advogado(a) de Carolina, cabe notar que,

a) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis; ademais, não é cabível o Acordo de Não Persecução Penal, não havendo medida processual consensual em favor de Bernardo.

b) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, mas Bernardo não pode se beneficiar de sursis processual ante a quantidade de pena abstratamente cominada ao delito.

c) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis, de forma a se admitir a retratação da representação de Carolina, antes do recebimento da denúncia, em audiência especialmente designada para tal fim.

d) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, de modo que Bernardo pode se beneficiar de sursis processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A Lei Maria da Penha se aplica independentemente do término do relacionamento, e o Acordo de Não Persecução Penal não é cabível em casos de violência doméstica. A proteção à mulher, conforme as disposições dessa lei, permanece válida, e não há espaço para medidas processuais consensuais, como o ANPP, neste caso.

A alternativa B está incorreta. A Lei Maria da Penha é aplicável mesmo após o término do relacionamento, desde que o crime envolva violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, o *sursis processual* (suspensão condicional do processo) não é o foco aqui, pois a questão central é a inaplicabilidade do ANPP, e não o *sursis*.

A alternativa C está incorreta. Embora a Lei Maria da Penha seja aplicável, a retratação da vítima (Carolina) é possível, mas não de forma automática. O Código Penal (art. 16) permite a retratação no caso de lesões corporais leves, mas somente antes do recebimento da denúncia. No entanto, a retratação não é uma obrigação, e o juiz deve analisar as circunstâncias do caso para decidir se a retratação será aceita. A afirmação de que a retratação deve ser feita "em audiência especialmente designada para tal fim" não está prevista expressamente na lei, embora possa ocorrer conforme a necessidade do caso.

A alternativa D está incorreta. Mesmo com o término do relacionamento, as disposições da Lei Maria da Penha são aplicáveis, e Bernardo não pode se beneficiar do *sursis* processual em razão da gravidade do delito e da violência doméstica. Portanto, essa afirmação não está correta.

QUESTÃO 67. Leda se candidatou a uma vaga de emprego na sociedade empresária X. Ao se apresentar, a sócia-administradora Vera afirmou que "pessoas de cor de pele escura não são

compatíveis com o perfil da vaga", impedindo, assim, que Leda prosseguisse no processo seletivo. Indignada, Leda procura você, como advogado (a), a fim de defender seus interesses.

Atuando na seara criminal em defesa dos interesses de Leda, você pode

a) propor acordo de não persecução penal à sociedade empresária X.

b) ajuizar queixa-crime em face de Vera pelo delito de ação penal privada em tese ocorrido.

c) promover, diretamente, a ação penal privada subsidiária da pública, de competência da Justiça Federal.

d) comunicar o fato à autoridade policial e/ou ao Ministério Público, por se tratar de fato sujeito à ação penal pública incondicionada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é um instituto previsto no Código de Processo Penal para crimes de menor potencial ofensivo e que envolvem uma ação penal pública condicionada. No entanto, a discriminação racial é um crime de ação penal pública incondicionada, ou seja, não se aplica o ANPP nesse caso.

A alternativa B está incorreta. O crime de discriminação racial é de ação penal pública, e não privada. A vítima pode até ser parte interessada, mas a ação penal não depende da iniciativa dela. A ação deve ser promovida pelo Ministério Público, que é o titular da ação penal pública.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de ação penal privada subsidiária, uma vez que o crime é de ação penal pública incondicionada. Além disso, a Justiça Federal não tem competência para julgar crimes relacionados à discriminação racial, que são de competência da Justiça Estadual, salvo se envolverem órgãos da União ou entidades federais.

A alternativa D está correta. O ato praticado por Vera, ao impedir Leda de prosseguir no processo seletivo com base em sua cor de pele, configura uma discriminação racial, que é um crime tipificado pela Lei nº 7.716/1989 (Lei contra o Racismo), especialmente no art. 1º, que criminaliza práticas discriminatórias relacionadas à raça ou cor. A discriminação racial sofrida deve ser tratada como um crime de ação penal pública incondicionada, o que significa que a autoridade policial ou o Ministério Público pode tomar as providências necessárias para investigar o fato e promover a ação penal. A medida mais adequada é comunicar o fato à autoridade policial ou ao Ministério Público, que têm o dever de agir de ofício.

QUESTÃO 68. Marcos foi denunciado como incurso nas penas do delito de furto simples, que consiste em um a quatro anos de reclusão.

Ao apresentar resposta à acusação, a defesa se resguardou o direito de se manifestar sobre o mérito em momento oportuno.

Entretanto, antes da audiência de instrução e do julgamento, você foi nomeado(a), em substituição ao advogado anterior, e percebeu que, à época da citação, já havia sido concluída a prescrição da pretensão punitiva.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua conduta para o caso.

a) Somente pela via do habeas corpus perante o Tribunal será possível alegar, pela primeira vez, a tese de extinção da punibilidade.

b) Não há que se falar em preclusão, porque o requerimento de extinção da punibilidade pode ser formulado a qualquer tempo.

c) Há preclusão temporal para alegar a matéria, porque a alegação de extinção da punibilidade somente pode ser feita por ocasião da resposta à acusação.

d) Aguardar o momento das alegações finais para postular a extinção da punibilidade, sendo certo que a viabilidade de debater o tema depende do reconhecimento de deficiência da defesa anteriormente constituída.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não é necessário que a alegação de extinção da punibilidade seja feita por habeas corpus perante o Tribunal. A questão da prescrição pode ser arguida em qualquer momento do processo, e não há necessidade de habeas corpus nesse contexto, que é uma via específica para a liberdade de locomoção, não para discutir a prescrição ou extinção da punibilidade.

A alternativa B está correta. No direito processual penal, a extinção da punibilidade é uma questão que pode ser alegada a qualquer momento do processo, mesmo após o momento de apresentação da resposta à acusação. Isso inclui a prescrição da pretensão punitiva, que pode ser alegada em qualquer fase do processo, já que trata-se de uma questão relacionada à própria existência do direito de punir do Estado. Portanto, não há preclusão para a alegação de extinção da punibilidade, o que significa que não há limite temporal para apresentar essa argumentação, podendo ser feita em qualquer momento do processo, até mesmo após a fase de instrução, julgamento ou até mesmo nas alegações finais.

A alternativa C está incorreta. A alegação de extinção da punibilidade não está limitada à resposta à acusação. Ela pode ser levantada a qualquer momento, e não há preclusão temporal para essa matéria.

A alternativa D está incorreta. Não é necessário aguardar as alegações finais para postular a extinção da punibilidade, uma vez que, como já mencionado, essa alegação pode ser feita em qualquer fase do processo. Além disso, a deficiência da defesa anterior não impede que o novo advogado levante essa matéria.

QUESTÃO 69. Maria, empregada doméstica desde julho de 1990, no deslocamento para seu local de trabalho, sofreu um acidente em virtude de uma queda na saída do ônibus.

Maria não sabe se deve procurar o sistema previdenciário desde já e se tem direito a algum benefício.

Por isso, procurou você, como advogado(a). Assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) O direito ao benefício não é reconhecido, pois os empregados domésticos não são cobertos pela Previdência Social brasileira.

b) Sobre o afastamento do trabalho, sendo superior a 15 dias consecutivos, haverá direito ao benefício previdenciário por incapacidade temporária.

c) O benefício previdenciário deve ser requerido de imediato pelo site eletrônico do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou por central telefônica.

d) Sobre o afastamento do trabalho, se a incapacidade for inferior a 30 dias de afastamento, não haverá qualquer direito subjetivo a benefício previdenciário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença) para empregada doméstica (arts. 59 e 60 da Lei 8.213/91).

A alternativa A está incorreta. Os empregados domésticos são segurados obrigatórios da Previdência Social (Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;)

A alternativa B está correta. Se o afastamento for superior a 15 dias, há direito ao benefício de auxílio por incapacidade temporária (Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.)

A alternativa C está incorreta. O benefício pode ser requerido pelo site do INSS, mas o direito já nasce com a incapacidade e afastamento superior a 15 dias. Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) § 1º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.)

A alternativa D está incorreta. A exigência legal é de mais de 15 dias de afastamento, não 30 dias. (Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.)

QUESTÃO 70. Lucas, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cometeu um crime e foi recolhido à prisão em regime fechado, em 1/1/2023, tendo contribuído previamente por 24 meses.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) O auxílio-reclusão é destinado ao segurado que foi preso, para que ele não fique desamparado.**
- b) Os dependentes de Lucas fazem jus ao auxílio-reclusão, mesmo que o segurado preso não seja de baixa renda.**
- c) A cônjuge de Lucas não poderá acumular o auxílio por incapacidade temporária que hoje recebe com o auxílio-reclusão decorrente da prisão do marido, devendo optar pelo mais favorável.**
- d) O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do auxílio-reclusão para dependentes e as vedações previstas (art. 80 da Lei 8.213/91).

A alternativa A está incorreta. O auxílio-reclusão é destinado aos dependentes do segurado de baixa renda, e não ao próprio segurado. (Art. 80. O auxílio-reclusão, cumprida a carência prevista no inciso IV do caput do art. 25 desta Lei, será devido, nas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.)

A alternativa B está incorreta. O auxílio-reclusão depende da condição de baixa renda do segurado preso. (Art. 80. O auxílio-reclusão, cumprida a carência prevista no inciso IV do caput do art. 25 desta Lei, será devido, nas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.)

A alternativa C está incorreta. A acumulação entre auxílio-reclusão e outros benefícios para o dependente não é permitida.

A alternativa D está correta. O exercício de atividade remunerada pelo recluso não impede o pagamento do auxílio-reclusão aos seus dependentes. (Art. 80 § 7º O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.)

QUESTÃO 71. Determinada sociedade empresária firmou acordo coletivo com o sindicato dos empregados dispondo sobre banco de horas e compensação de horas extras, assim como sobre redução de intervalo. A jornada inicial de oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, e quatro horas no sábado, perfazendo um total de 44 horas foi alterada. Pelo acordo coletivo, foi estabelecido que os empregados trabalhariam 30 minutos a mais no final do dia de segunda a quinta-feira e teriam apenas 30 minutos de intervalo, o que aumentaria o total trabalhado para nove horas diárias. Na sexta-feira o trabalho seria normal, com oito horas de jornada e intervalo de uma hora, e não haveria mais trabalho aos sábados. As horas extras excedentes seriam compensadas em até três meses com folgas ou redução da jornada diária de acordo com o banco de horas. Alguns empregados ajuizaram reclamação trabalhista questionando a alteração, alegando prejuízo por trabalharem mais, com a redução do intervalo e uma maior jornada, afirmando que isso contrariava a CLT e a CRFB. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O acordo coletivo é válido, exceto quanto ao banco de horas.
- b) O acordo coletivo é inválido com relação ao acréscimo de jornada, pois o limite diário constitucional é de oito horas.
- c) O acordo coletivo é inválido apenas com relação à redução do intervalo, pois, para a jornada de oito horas, o intervalo mínimo é de uma hora.
- d) Em todas as hipóteses, não há violação à CLT ou à CRFB, pois admite-se a prevalência do negociado sobre o legislado, respeitados os limites mínimos previstos na Constituição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos temas negociação coletiva e jornada de trabalho.

Em relação ao acréscimo de jornada, este é constitucional. Em regra, o regime de trabalho corresponde a 8 horas diárias e até 44 horas semanais. É o que determina o caput do art. 58 da CLT: “Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.”. No entanto, há a possibilidade de prestação de horas extras, as quais não poderão exceder 2 horas diárias, conforme art. 59 da CLT: “Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.”.

Esta mesma disposição se encontra no artigo 7º, XIII, da CF: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;”. Como, no caso narrado, há acordo coletivo regulando, é plenamente possível a referida alteração na jornada, conforme determina art. 611-A, I, da CLT: “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I - pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;” Em relação ao banco de horas, este também está conforme as disposições da CLT. No caso da prestação de horas extra, há a possibilidade de, mediante acordo ou convenção coletiva, compensar o excesso de horas de um dia pela correspondente diminuição em outro, o que dispensará o acréscimo de salário. É o que determina art. 59, § 2º, da CLT: “§ 2º Poderá ser

dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.” A mesma autorização é encontrada no art. 611-A, II, da CLT: “Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: II - banco de horas anual;” Por fim, em relação à redução do intervalo intrajornada, de fato, o art. 71 da CLT prevê um intervalo intrajornada mínimo de 1 hora, para jornadas superiores a 6 horas: “Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.” No entanto, conforme art. 611-A, III, da CLT, é sim possível um intervalo intrajornada de 30 minutos, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo, sendo este o limite mínimo para jornadas superiores a 6 horas. Vejamos: Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;”. Logo, no tocante ao intervalo intrajornada, também não se vislumbra nenhuma irregularidade quanto ao caso narrado. Desta feita, a alternativa correta é a letra D: Em todas as hipóteses, não há violação à CLT ou à CF/88, pois admite-se a prevalência do negociado sobre o legislado, respeitados os limites mínimos previstos na Constituição. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 72. Rogéria, sócia de uma sociedade empresária especializada em festas infantis, saiu fraudulentamente da empresa em 2018, transferindo formalmente suas cotas sociais a um dos empregados da sociedade empresária que não tinha condições econômicas ou solvabilidade. Rogéria, mesmo após sua saída, permaneceu com uma procuração da sociedade empresária para movimentar as contas bancárias e fazia uso regular delas com transferências para sua conta, pagamentos de empregados, fornecedores e outros compromissos. Em 2022, um dos empregados ajuizou uma reclamação trabalhista que terminou em acordo no valor de R\$ 30.000 (trinta mil reais), que não foram pagos na data acertada. Não havendo condições de executar a sociedade empresária, você, como advogado(a) do exequente, requereu o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, incluindo os sócios atuais e Rogéria. Sobre a ação interposta, considerando o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Rogéria não poderá ser alcançada, porque desligou-se formalmente da sociedade empresária há mais de dois anos.

b) A ex-sócia, em razão da fraude perpetrada, terá responsabilidade subsidiária em relação aos sócios atuais.

c) Rogéria terá responsabilidade solidária para com os demais sócios, em virtude da fraude na alteração societária.

d) Não existe responsabilidade dos sócios atuais, porque eles não agiram com fraude e, assim, Rogéria também não pode ser responsabilizada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema responsabilidade do sócio retirante.

Em regra, a responsabilidade do sócio retirante é subsidiária. É o que determina art. 10-A da CLT: “Art. 10-A. O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: I - a empresa devedora; II - os sócios atuais; e III - os sócios retirantes.”. No entanto, no caso de se comprovar que houve fraude na alteração societária, a responsabilidade do sócio retirante passa a ser solidária com os demais sócios, e não subsidiária, conforme determina art. 10-A, parágrafo único, da CLT: “Parágrafo único. O sócio retirante responderá solidariamente com os demais quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.” Analisando o caso narrado, se observa que a saída de Rogéria se deu fraudulentamente, transferindo suas cotas sociais, mas mantendo procuração da sociedade para movimentar contas bancárias, pagar empregados, entre outros compromissos. Portanto, ainda que sua saída tenha se dado em 2018, Rogéria responderá solidariamente com os demais sócios pelo pagamento do valor do acordo, tendo em vista a fraude cometida na alteração societária. Logo, a alternativa correta é a letra C. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 73. Em sede de sentença prolatada nos autos de reclamação trabalhista, na qual você advoga para a sociedade empresária, parte ré, o Juiz reconheceu que tanto o seu cliente como o autor da ação foram responsáveis pela rescisão motivada do contrato de trabalho, tendo se operado a justa causa do empregado, concomitantemente com a rescisão indireta por parte do empregador. Sobre os fatos apresentados, assinale a afirmativa correta.

a) Dada a concomitância de motivações para o término motivado da relação contratual, presume-se pela dispensa imotivada, sendo devidas as verbas trabalhistas daí decorrentes.

b) Configurada a culpa recíproca, seu cliente terá direito apenas a 50% das férias vencidas e ao saldo de salários integral, não havendo direito aos valores de aviso prévio, férias e 13º salário proporcionais e à multa sobre o FGTS.

c) Configurada a culpa recíproca, seu cliente terá direito a 50% do valor do aviso prévio, das férias proporcionais e do 13º salário proporcional, além dos valores das férias vencidas e do saldo de salários. A multa sobre o FGTS, no entanto, não será devida.

d) Configurada a culpa recíproca, seu cliente terá direito a 50% do valor do aviso prévio, das férias proporcionais e do 13º salário proporcional e 20% da multa sobre o FGTS, além dos valores que já seriam devidos na hipótese de justa causa, quais sejam, férias vencidas e saldo de salários.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema extinção do contrato de trabalho.

No caso da Rescisão por Culpa Recíproca, o art. 484 da CLT traz o seguinte: “Art. 484 - Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a

indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.” Ademais, a Súmula 14 do TST assim dispõe: “Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.” E, no caso da multa sobre os depósitos do FGTS, a Lei 8.036/90 determina, em seu artigo 18, § 2º, que a multa será no valor de 20%, ou seja, metade da multa “normal” de 40%. Vejamos: “Art. 18. (...) § 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.” Desta feita, no caso hipotético narrado, o empregado, receberá: saldo de salário dos dias trabalhados + férias vencidas + metade do aviso prévio + metade das férias proporcionais mais 1/3 + metade do 13º proporcional + metade da multa de 40% sobre o FGTS, ou seja, 20%. Logo, a alternativa correta é a letra D. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 74. As irmãs Margarida, Hortência e Rosa aderiram ao plano de demissão voluntária (PDV) oferecido pelos seus respectivos empregadores. No caso de Margarida, a previsão do PDV encontrava-se em acordo coletivo de trabalho; no caso de Hortência, estava previsto em convenção coletiva de trabalho; e, no caso de Rosa, em norma interna definida pelo empregador. Feitas as extinções dos contratos em 2024, sem ressalvas, as irmãs pretendem ajuizar reclamação trabalhista postulando direitos supostamente lesados ao longo do pacto laboral. Considerando a situação apresentada e os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Margarida e Hortência deram quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, não podendo postular diferenças.

b) As três irmãs poderão ajuizar ação trabalhista com chance de sucesso, porque não houve homologação do PDV no sindicato de classe das empregadas.

c) A quitação geral somente ocorrerá no caso de Hortência, porque foi elaborada em convenção coletiva de trabalho.

d) Nenhuma das irmãs poderá ajuizar ação, porque elas se submeteram às regras do PDV e não fizeram constar ressalva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema extinção do contrato de trabalho, em especial o plano de demissão voluntária.

A Reforma Trabalhista incluiu o art. 477-B, para tratar do PDV: “Art. 477-B. Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.” A partir do dispositivo transcrito, analisemos a situação de cada uma das partes constantes no caso hipotético narrado pelo enunciado da questão. Para Margarida, cuja previsão do PDV se encontrava em acordo coletivo de trabalho, houve a quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, conforme art. 477-B da CLT.

Para Hortência, cuja previsão do PDV se encontrava em convenção coletiva de trabalho, também houve a quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, conforme art. 477-B da CLT. Já para Rosa, como a previsão do PDV se deu em norma interna definida pelo empregador, não se enquadra no art. 477-B da CLT, não havendo de se falar em “quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia”. Portanto, a alternativa correta é a letra A: Apenas Margarida e Hortência deram quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, não podendo postular diferenças. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 75. Sérgio foi contratado, em 2022, por uma indústria mecânica para receber um salário mensal de R\$ 3.000 (três mil reais). Ele pediu para não ter a CTPS assinada, porque estava recebendo o seguro-desemprego do emprego anterior. Também não queria ter contracheque formal para que a ex-esposa não soubesse do novo emprego, uma vez que estava devendo a pensão alimentícia e não queria que houvesse desconto judicial. A sociedade empresária cedeu aos seus argumentos e não assinou sua carteira profissional. Sobre a decisão da sociedade empresária, considerando o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela não precisa assinar a CTPS, desde que isso esteja previsto em norma coletiva.**
- b) Ela agiu incorretamente, porque deveria anotar o contrato de trabalho na CTPS no prazo de cinco dias úteis.**
- c) Ela está equivocada, pois a anotação da CTPS é direito irrenunciável e deve ser feita em 15 (quinze) dias corridos.**
- d) Ela agiu corretamente, porque essa era a vontade livre manifestada pelo empregado e, atualmente, o negociado suplanta o legislado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

As alternativas A e D estão incorretas. As normas relativas às anotações na CTPS não podem ser negociadas, nem mesmo por acordo ou convenção coletivas. Conforme art. 611-B, I, da CLT: “Art. 611-B. Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: I - normas de identificação profissional, inclusive as anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social;”

A alternativa B está correta. Conforme art. 29 da CLT: “Art. 29. O empregador terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério da Economia.”

A alternativa C está incorreta. De fato, a anotação da CTPS é direito irrenunciável, conforme art. 13 da CLT: “Art. 13 - A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta

própria de atividade profissional remunerada.”. No entanto, conforme disposto na explicação da letra B, o prazo para anotação é de 5 dias úteis, e não de 15 dias corridos.

QUESTÃO 76. Em execução que tramita perante a 120ª Vara da Trabalho de Salvador, o executado é um ente público condenado de forma subsidiária em virtude de uma terceirização na qual foi. Comprovado que não houve fiscalização adequada. Contudo, o valor homologado pelo Juízo não obteve a concordância do executado, que entende estar majorado em relação à coisa julgada formada. Considerando a dinâmica da execução prevista na norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) É desnecessária a garantia do Juízo e o ente público terá 30 (trinta) dias para embargar.**
- b) Caberá ao ente público garantir o Juízo e ajuizar embargos à execução no prazo de oito dias.**
- c) É desnecessária a garantia do Juízo e o ente público terá oito dias para embargar.**
- d) Caberá ao ente público garantir o Juízo e ajuizar embargos à execução no prazo de 16 dias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema execução trabalhista.

Sobre embargos à execução, a previsão se encontra no art. 884 da CLT: “Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação”. Ocorre que, no caso de o ente público ser o executado, o prazo para embargar será de 30 dias, conforme determinação do art. 1º-B da Lei 9.494/97: “Art. 1º-B. O prazo a que se refere o caput dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a ser de trinta dias.” Em relação à garantia do juízo, esta é dispensada para a Fazenda Pública, devido ao princípio da impenhorabilidade dos bens públicos e à forma específica de pagamento da Fazenda por meio de precatórios. Portanto, a alternativa correta é a letra A: É desnecessária a garantia do Juízo e o ente público terá 30 dias para embargar. As alternativas B, C e D ficam automaticamente incorretas, pois trazem prazos diversos

QUESTÃO 77. Você, como advogado(a), foi procurado(a) por Orlando, ex-funcionário da sociedade empresária Limpeza Total Ltda., a qual prestava serviços para uma autarquia pública federal, aduzindo que foi dispensado sem receber as verbas rescisórias. Você deseja propor uma reclamação trabalhista em face da ex-empregadora, mas tem conhecimento de que esta não possui lastro financeiro algum, apesar do valor da causa da ação, que monta o equivalente a 30 salários-mínimos. Orlando, como trabalhava no Departamento de Recursos Humanos, forneceu dados e provas de que a tomadora dos serviços nunca fiscalizou o contrato, nem conferiu o adimplemento de quaisquer dos direitos trabalhistas dos empregados terceirizados. Na melhor defesa de seu cliente, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, o que você deverá propor.

a) Uma ação apenas em face da ex-empregadora, pois não cabe responsabilidade subsidiária da autarquia pública federal.

b) Uma ação exclusivamente em face da tomadora dos serviços, pelo rito sumaríssimo, pois já tem conhecimento do inadimplemento da ex-empregadora.

c) Uma reclamação trabalhista em face da ex-empregadora e da tomadora dos serviços, que responderá subsidiariamente, sendo certo que a ação correrá pelo rito ordinário.

d) Uma reclamação trabalhista em face da ex-empregadora e da tomadora dos serviços, que responderá subsidiariamente, sendo certo que a ação correrá pelo rito sumaríssimo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema reclamação trabalhista e ritos trabalhistas.

No caso concreto narrado, a autarquia federal em questão responderá, sim, subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, na forma do inciso V da Súmula 331 do TST, pois não fiscalizou o contrato nem conferiu o adimplemento de quaisquer dos direitos trabalhistas dos empregados terceirizados, o que configura sua culpa. Vejamos: “Súmula 331: (...) V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. (...)”. Portanto, de logo, a alternativa A fica incorreta, pois fala no não cabimento de responsabilidade subsidiária. Ademais, quanto ao rito trabalhista cabível, é importante mencionar que a Administração Pública direta, autárquica e fundacional fica excluída do procedimento sumaríssimo, independentemente do valor. É o que determina o art. 852-A, parágrafo único, da CLT: “Parágrafo único. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional”. Menciona-se, ainda, que tal exclusão se configura ainda que esteja sendo postulada a responsabilidade subsidiária desses entes. Assim, as alternativas B e D ficam incorretas, pois dizem ser cabível o rito sumaríssimo. Portanto, a alternativa correta é a letra C: a tomadora dos serviços responderá subsidiariamente e a ação correrá pelo rito ordinário, não sendo cabível o rito sumaríssimo, por se tratar de entidade autárquica.

QUESTÃO 78. José Luiz ajuizou reclamação trabalhista em face de Lojas Internacionais Ltda., pleiteando verbas resilitórias e horas extras. No dia da audiência, apesar de regularmente notificado, José Luiz injustificadamente não compareceu. Seu advogado, presente, requereu a dispensa de custas pela gratuidade de justiça, o que foi deferido pelo Juiz, com a concordância do réu e do respectivo advogado, também presentes na audiência. Ação idêntica foi ajuizada um mês após o fato, e, de novo, José Luiz injustificadamente não compareceu, sendo que, dessa vez, uma hora após a audiência, ele compareceu à sala de audiência e disse ao Juiz e ao secretário da audiência que dormira demais, perdendo a hora, e, por isso, atrasou-se e não chegou no horário. Foi juntada certidão do fato ao processo, no qual, novamente, foi acolhido e seu requerimento de gratuidade de justiça. As duas ações anteriormente ajuizadas foram extintas sem resolução

do mérito. Agora, você foi procurado por José Luiz para, como advogado(a), ajuizar outra ação idêntica. Sobre as consequências das ausências de José Luiz para o ajuizamento de outra demanda, assinale a afirmativa correta.

a) Ocorrerá a confissão do autor.

b) Não há penalidade, já que José Luiz, em ambas as situações, foi dispensado do pagamento das custas.

c) José Luiz incorrerá na pena da preempção, perdendo, pelo prazo de seis meses, o direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

d) José Luiz poderá reclamar imediatamente, mas, independentemente, da prescrição parcial quinquenal, será descontado do prazo da sua reclamação o período de seis meses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos temas audiência trabalhista e reclamação trabalhista, mais precisamente sobre a preempção.

Observe que José Luiz, por duas vezes, deixou de comparecer à audiência de julgamento de modo injustificado. Nesse caso, incorrerá na pena de preempção, que consiste na perda, pelo prazo de 6 meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho. É o que se depreende da leitura conjunta dos artigos 731 e 732 da CLT: “Art. 731 - Aquele que, tendo apresentado ao distribuidor reclamação verbal, não se apresentar, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 786, à Junta ou Juízo para fazê-lo tomar por termo, incorrerá na pena de perda, pelo prazo de 6 (seis) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho. Art. 732 - Na mesma pena do artigo anterior incorrerá o reclamante que, por 2 (duas) vezes seguidas, der causa ao arquivamento de que trata o art. 844.” Logo, a alternativa correta é a letra C. As demais alternativas ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 79. Você, na qualidade de advogado(a) de Pedro, ajuizou reclamação trabalhista em face da indústria de calçados Guanabara. Pedro trabalhou para a sociedade empresária ré, entre os anos de 2018 e 2022, e afirma que não recebeu o 13º salário de 2021 e que trabalhava cerca de 10 horas por dia. Você ajuizou reclamação trabalhista, pretendendo o pagamento do 13º salário de 2021 e as horas extras. A ex-empregadora apresentou defesa, aduzindo que pagou o 13º salário, que, conforme cartões de ponto juntados, Pedro não realizava horas extras e sua jornada estava prevista em norma coletiva da categoria. Na qualidade de advogado(a) de Pedro, você impugnou os cartões de ponto argumentando que não refletiam o real horário laborado, sendo certo que os documentos mostram horários variados de início e fim da jornada. Acerca do ônus da prova que incumbirá ao seu cliente, de acordo com a CLT, e o entendimento jurisprudencial consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

a) O ônus da prova do pagamento do 13º salário caberá à ré e, o das horas extras, ao autor.

b) A ré deverá provar o pagamento do 13º salário, assim como a inexistência das horas extras, uma vez que os controles de ponto foram impugnados.

c) Em razão da variação de horários registrada nos cartões de ponto, o ônus da prova recairá sobre a ré para as horas extras, bem como para o 13º salário, já que o pagamento é fato extintivo da obrigação.

d) Dada a variação de horários, há presunção absoluta da validade da jornada indicada nos cartões de ponto, tendo a ré se desincumbido do ônus. Cabe à ré a prova do pagamento do 13º salário, por ser fato extintivo da obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema provas em processo do trabalho, mais precisamente sobre o ônus da prova.

No tocante ao pagamento do 13º salário, o ônus de comprovar o regular pagamento será do empregador, pois se trata de direito extintivo do reclamante, conforme art. 818, II, da CLT: “Art. 818. O ônus da prova incumbe: II - ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.” Já no tocante às horas extras, o ônus será do reclamante Pedro, pois a reclamada (empresa Guanabara) apresentou os cartões de ponto, constituindo prova em contrário à alegação de Pedro. Conforme Súmula 338, item II, do TST: “Súmula 338: JORNADA DE TRABALHO. REGISTRO. ÔNUS DA PROVA. I - É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. II - A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário. (...)”. Portanto, a alternativa correta é a letra A. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 80. Em sede de reclamação trabalhista, você é advogado(a) da parte autora, um ex-empregado de uma sociedade empresária. No curso da instrução, após ser ouvida uma testemunha da ré, o advogado da parte contrária requereu a oitiva da segunda testemunha, que estava sentada dentro da sala de audiência, tendo presenciado o curso da instrução até aquele momento. Apesar da sua manifestação em sentido contrário, o Juiz deferiu a produção da prova, prosseguindo com a instrução, sendo certo que permitiu que o advogado da parte ré interrogasse diretamente a testemunha, o que causava o risco de indução de respostas. A fim de assegurar o bom curso da instrução probatória, assinale a afirmativa que apresenta a ação que você, corretamente, assumiu na defesa do interesse de seu cliente.

a) Interpor reclamação correicional imediatamente, o que acarretará na suspensão da audiência.

b) Interpor agravo de instrumento contra a decisão de prosseguimento na instrução, acarretando a suspensão do processo.

c) Lavrar protesto quanto à presença da testemunha na sala de audiência durante a instrução, mas não há irregularidade quanto à forma de inquirição.

d) Consignar protestos pela contaminação do depoimento da segunda testemunha da ré, bem como pela inquirição direta da testemunha, na primeira oportunidade de se manifestar em audiência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema provas em processo do trabalho, mais precisamente sobre a prova testemunhal.

No tocante à prova testemunhal em si, o artigo 820 determina que as testemunhas devem ser inquiridas pelo juiz, ou seja, não é possível que o advogado da parte ré interogue a testemunha. Na verdade, o que é possível acontecer é o advogado da parte contrária requerer que o juiz reinquir a testemunha, mas nunca o fazer de modo direto. Vejamos: “Art. 820 - As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes ou advogados.” Também é importante mencionar que as testemunhas que ainda não depuseram não podem ouvir o depoimento das demais, pois isso poderia contaminar seu próprio depoimento. É o que traz o artigo 824 da CLT: “Art. 824 - O juiz ou presidente providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.” Portanto, no caso narrado pelo enunciado, houve irregularidade tanto no depoimento da segunda testemunha da ré, como na inquirição da testemunha feita diretamente pelo advogado da parte contrária. Como no processo do trabalho as decisões interlocutórias são irrecuráveis, não seria possível interpor agravo de instrumento ou reclamação correcional, o que, de pronto, torna as alternativas A e B incorretas. Resta, pois, à parte, lavrar protesto. Assim, a alternativa correta é a letra D. A alternativa C fica incorreta porque fala em regularidade quanto à forma de inquirição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)